

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* -
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

SUZANA MENDES DIAS

FESTIVAL AMÉRICA DO SUL E SUA IMPORTÂNCIA NA
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL
FRONTEIRIÇA

SUZANA MENDES DIAS

**FESTIVAL AMÉRICA DO SUL E SUA IMPORTÂNCIA NA
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL FRONTEIRIÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos Fronteiriços, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS – Campus Pantanal, para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Correia de Araujo

CORUMBÁ/MS
2023

SUZANA MENDES DIAS

**FESTIVAL AMÉRICA DO SUL E SUA IMPORTÂNCIA NA
CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL FRONTEIRIÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para aprovação no Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Correia de Araujo
Orientadora
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof^a. Dr^a. Mara Aline Ribeiro
Avaliadora
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof^a. Dr^a. Mariéte Félix Rosa
Avaliadora
Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS

CAMPO GRANDE - MS
2023

RESUMO

DIAS, Suzana Mendes. **Festival América do Sul e sua importância na consolidação da identidade territorial fronteiriça**. 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Pantanal, 2023.

Construído pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e promovido por uma rede de atores e agentes territoriais, o Festival América do Sul é um evento anual realizado na fronteira Brasil-Bolívia, corredor Corumbá/Ladário – Puerto Quijarro/Suárez. Este trabalho tem por objetivo analisar a importância do Festival na consolidação e exposição da identidade territorial fronteiriça. A metodologia da pesquisa é qualitativa e envolve análise de documentos e entrevistas junto aos produtores do evento e ao público frequentador. Destacamos que o Festival América do Sul, como expressão da cultura sul-americana, promove o encontro através da festa, da alegria, do prazer o que facilita as discussões sobre a integração regional. Os resultados da pesquisa indicam a valorização e a valoração da identidade fronteiriça de um espaço composto por multiterritorialidades, complexas e multidimensionais, que se entrelaçam. A identidade construída no interior dessa complexidade é igualmente híbrida, expressa pela distinção do ser fronteiriço, do ser sul-americano, do ser Brasileiro e sul-mato-grossense. O espaço vivido, de relações cotidianas intensas entre bolivianos e brasileiros, se abre e se revela, em seus antagonismos: identidades nacionais utilizadas para diferenciar o “nós” dos “outros” se entrelaçam a identidade regional, através do reconhecimento do pertencimento e das relações de afeto que se estabelecem sobre o espaço.

Palavras-chave: Fronteira, identidade, território, lugar, Pantanal, Festival América do Sul.

RESUMEN

DIAS, Suzana Mendes. **Festival Sudamérica y su importancia en la consolidación de la identidad territorial fronteriza**. 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Pantanal, 2023.

Construido por la Fundación Cultura Mato Grosso do Sul y promovido por una red de actores y agentes territoriales, el Festival de América del Sur es un evento anual realizado en la frontera Brasil-Bolivia, corredor Corumbá/Ladário – Puerto Quijarro/Suárez. Este trabajo tiene como objetivo analizar la importancia del Festival en la consolidación y exposición de la identidad territorial fronteriza. La metodología de investigación es cualitativa e implica el análisis de documentos y entrevistas junto con los productores del evento y el público asistente. Destacamos que el Festival de América del Sur, como expresión de la cultura sudamericana, promueve el encuentro a través de la celebración, la alegría, el placer y lo que facilita las discusiones sobre la integración regional. Los resultados de la investigación indican la valorización y valoración de la identidad fronteriza de un espacio compuesto por multiterritorialidades, complejas y multidimensionales, que se entrelazan. La identidad construida dentro de esta complejidad también es híbrida, expresada por la distinción de ser limítrofe, ser sudamericano, ser brasileño y ser de Mato Grosso do Sul. El espacio vivido, de intensas relaciones cotidianas entre bolivianos y brasileños, se abre y se revela, en sus antagonismos: las identidades nacionales utilizadas para diferenciar el "nosotros" de los "otros" se entrelazan con la identidad regional, a través del reconocimiento de la pertenencia y las relaciones de afecto que se establecen a lo largo del espacio.

Palabras clave: Frontera, identidad, territorio, lugar, Pantanal, Festival Sudamérica.

ABSTRACT

DIAS, Suzana Mendes. **Festival South America and its importance in the consolidation of the border territorial identity**. 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Pantanal, 2023.

Built by the Mato Grosso do Sul Culture Foundation and promoted by a network of actors and territorial agents, the South America Festival is an annual event held on the Brazil-Bolivia border, Corumbá/Ladário – Puerto Quijarro/Suárez corridor. This work aims to analyze the importance of the Festival in the consolidation and exposure of the border territorial identity. The research methodology is qualitative and involves analysis of documents and interviews together with the producers of the event and the attending public. We emphasize that the South America Festival, as an expression of South American culture, promotes encounter through celebration, joy, pleasure and what facilitates discussions on regional integration. The results of the research indicate the valorization and valuation of the border identity of a space composed of multiterritorialities, complex and multidimensional, which are intertwined. The identity constructed within this complexity is also hybrid, expressed by the distinction of being borderline, being South American, being Brazilian and being from Mato Grosso do Sul. The lived space, of intense daily relations between Bolivians and Brazilians, opens up and reveals itself, in its antagonisms: national identities used to differentiate the "we" from the "others" are intertwined with the regional identity, through the recognition of belonging and the relationships of affection that are established over the space.

Keywords: Frontier, identity, territory, place, Pantanal, Festival South America..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização espacial da fronteira Brasil – Bolívia	10
Figura 2 – Identidade Visual Festival América do Sul - 2019	45
Figura 3 – Identidade Visual Festival América do Sul - 2004	45
Figura 4 – Identidade visual do Festival América do Sul, últimas edições.	46
Figura 5 – Cronologia dos momentos de transformação do Festival América do Sul.	50
Figura 6 – Produto proposto 01	54
Figura 7 – Produto proposto 02	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da programação cultural, por países, Festival América do Sul – Edição de 2019	45
Gráfico 2 – Distribuição percentual da programação cultural, por países, Festival América do Sul Pantanal - 2022	48
Gráfico 3 – Distribuição da programação cultural, por estados brasileiros, Festival América do Sul Pantanal (%) - 2022	48
Gráfico 4 – Investimento Festival América do Sul	52

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista	63
---------------------------------	----

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	8
II. O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO BRASIL-BOLÍVA	13
2.1 – O conceito de território	13
2.2 – Território e Lugar	19
2.3 - Pensando a fronteira como um espaço multiterritorial e um espaço vivido	21
III. CULTURA E IDENTIDADE	25
IV. FESTIVAL AMÉRICA DO SUL	33
4.1 – Festival América do Sul: festa, cultura e identidade	34
4.2 – Festival América do Sul: festa, economia e identidade	51
V. PRODUTO PROPOSTO	54
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

I. INTRODUÇÃO

Soy loco por ti América!

Cientistas sociais indicam que vivemos um novo período do processo civilizatório, denominado por Milton Santos de período técnico-científico-informacional, marcado pela intensificação das redes e dos fluxos que reorganizam os territórios (SANTOS, 2008; LEMOS, 2006).

Se antes havia, como afirma Harvey (1994), uma organização espaço-tempo racional, precisa e rígida de controle social, da propriedade da terra e das fronteiras territoriais, hoje a racionalidade volta-se para a fluidez do trabalho e dos processos de trabalho e para um conjunto de objetos técnicos que permitem a compressão espaço-tempo e aceleração da vida.

A intensificação das migrações, a informação planetária em tempo real, a volatilidade das ideias e ideologias, dos valores e práticas estabelecidas, alteram significativamente as paisagens culturais. As famílias se transformam e se diversificam. Os padrões sexuais rigidamente estabelecidos são rompidos por processos libertários, que transformam a ordem social, os relacionamentos, os indivíduos e o próprio corpo. Libertação pessoal e libertação social somadas a exacerbação do individualismo.

O consumo é intensificado a partir de valores como descartabilidade e instantaneidade. Ao mesmo tempo, uma diminuição do consumo de bens e o aumento consumo de serviços “não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão de espetáculo, eventos e distrações” (HARVEY, 1994, p. 258).

A sociedade do consumo, paradoxalmente, volta-se, também, para a sustentabilidade. Valores ambientais passam a compor o dia a dia das pessoas preocupadas com o futuro do planeta. Descartabilidade se contrapõe e se articula a reciclagem, no mundo da flexibilidade dos processos de produção, consumo e renovação.

O renascimento da fé religiosa e o aprofundamento do consumo de drogas caminham lado a lado no mundo da pós-modernidade, não por acaso o escritor Adam Schaff (1993) questionou que futuro nos aguardaria.

A construção de uma “aldeia global” resultante da intensificação dos processos migratórios, da abertura dos mercados, da transnacionalização dos processos produtivos, da fluidez cibernética do dinheiro, da formação de grandes blocos regionais, provocou mudanças profundas no mundo do trabalho e nas relações sociais.

Tais transformações incidem sobre os processos de construção identitária e sobre a identidade. Kant afirma que “a identidade, própria do indivíduo, é construída por sua experiência enquanto ser pensante no mundo” (In: ARAÚJO e HAESBAERTH, 2007, p. 22). Neste aspecto, o século XXI, para muitos iniciado no fim dos anos de 1960, começa com o mal-estar gerado pela crise de identidade, marcando a transição da modernidade para a pós-modernidade. Para Hall (2005, p. 7) “a crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Conforme Hall (2005) a estabilidade do mundo social da modernidade, caracterizado pela ordem rotineira da vida, entra em colapso e as velhas identidades são substituídas por novas e fragmentadas identidades. Bauman (2001) indica a passagem de uma sociedade sólida, enraizada, volumosa e pesada, para uma sociedade líquida, leve e flexível, onde “tudo que é sólido se desmancha no ar”¹.

Na construção do novo, o poder da identidade é fortalecido, mesmo e sobretudo, na fluidez. Processos de desterritorialização e reterritorialização se intensificam, com a aceleração das migrações internacionais, e são permeados por sentimentos de pertencimento. Surgem Identidades híbridas, fugazes e maleáveis, produzidas na organização de espaços multiterritoriais. Na pós-modernidade, a identidade é fluida, híbrida, flexível, formada pela multiterritorialidade.

Partindo do hibridismo identitário, este trabalho recai sobre consolidação da identidade fronteiriça, pela cultura, na multiterritorialidade da fronteira Brasil - Bolívia. A análise recai sobre o Festival América do Sul, um território cíclico construído na fronteira Brasil – Bolívia entre Corumbá/Ladário e Puerto Suárez/Porto Quijarro (figura 1).

¹ Referência ao título do livro de Marshall Berman editado no Brasil em 1986.

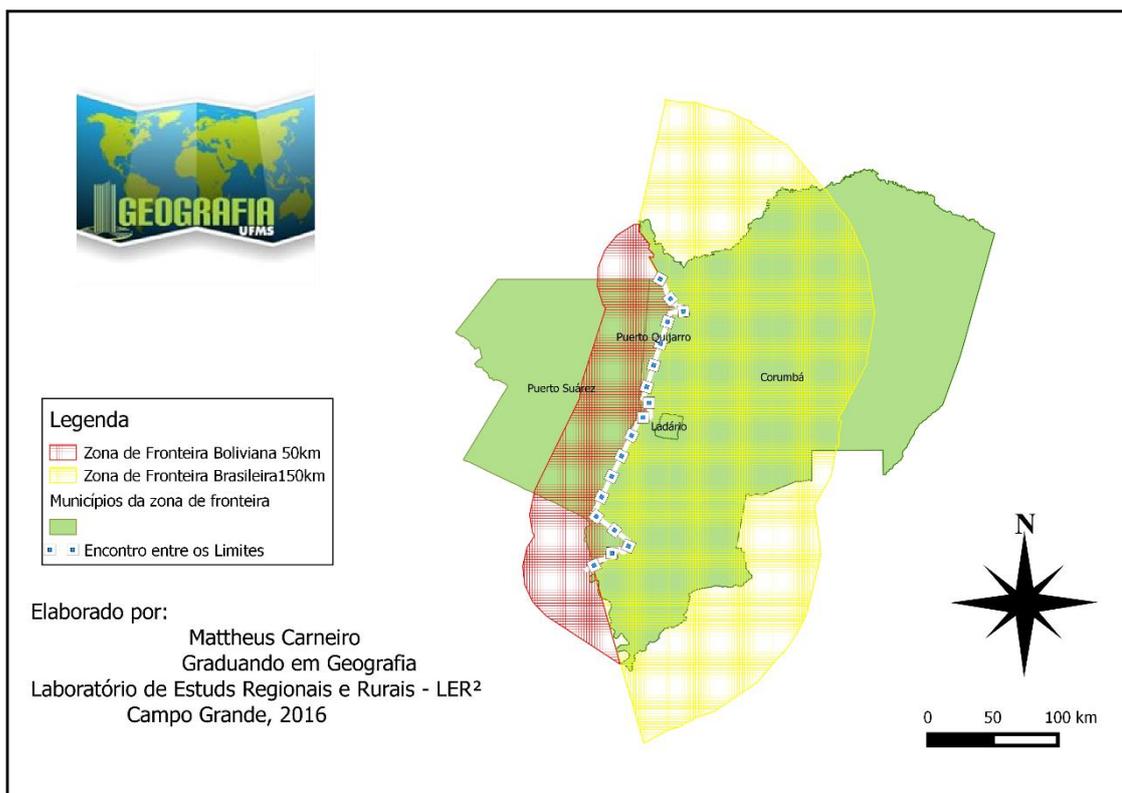


Figura 1: Localização espacial da fronteira Brasil – Bolívia, corredor Puerto Suarez / Puerto Quijarro – Corumbá/Ladário. Espaço multiterritorial, de identidade híbrida, onde anualmente o território-rede do Festival América do Sul é construído. Fonte: Laboratório de Estudos Rurais e Regionais – FANEG/UFMS.

Conforme Santos (2008), hoje se vive a convivência simultânea entre o tempo-espaço do que se convencionou chamar de globalização e o tempo do fazer cotidiano, o tempo do lugar. A fronteira onde o território do Festival América do Sul é produzido é, também lugar. Um espaço vivido compartilhado, percebido de forma objetiva e subjetiva pelas pessoas que, cotidianamente, se entrelaçam com as coisas e com os seres ali presentes.

Buscando compreender a fronteira, a questão central que norteou esta pesquisa foi: como o Festival América do Sul atua para a consolidação da identidade fronteiriça?

Para responder a esta questão, o **objetivo geral** do trabalho é discutir o Festival América do Sul como um território cultural e político construído para a consolidação da identidade fronteiriça sul-americana.

Os objetivos específicos são:

- 1) analisar o Festival América do Sul;
- 2) caracterizar a multiterritorialidade e a identidade híbrida construída no fronteira Brasil-Bolívia, corredor Corumbá/Ladário – Puerto Quijarro/Puerto Suarez;
- 3) discutir o Festival América do Sul como um território cíclico e em rede produzido nesta fronteira;
- 4) analisar as estratégias utilizadas por esse território para a consolidação da identidade territorial fronteiriça.

A metodologia de trabalho, entendida como caminho da pesquisa na produção do conhecimento, foi desenvolvida a partir da vivência da pesquisadora em campo, participando do festival e da fronteira Brasil-Bolívia em questão. Optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa que envolveu um conjunto de procedimentos na busca de respostas à questão e aos objetivos estabelecidos. Nessa direção, para responder aos objetivos propostos, a pesquisa foi exploratória, alinhando investigação teórica sobre fronteira, identidade, território e lugar com pesquisas de campo e documental.

A primeira etapa metodológica foi a revisão bibliográfica, apontada por Gil (1999) como base em material já elaborado. Constituído, principalmente, de livros, dissertações e artigos científicos sobre a temática proposta. Foi realizada uma leitura exploratória, que teve o objetivo de verificar em que medida a obra consultada interessou à pesquisa. Logo após, foi feita uma leitura seletiva, para determinar o material que de fato interessava, seguida de uma leitura analítica dos textos selecionados, que teve como finalidade ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que essas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. E por fim, uma leitura interpretativa.

A segunda etapa metodológica envolveu o levantamento e análise de dados primários obtidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas (ANEXO 1). Foram realizadas 15 entrevistas, sendo 4 com atores da Fundação de Cultura do estado de Mato Grosso do Sul, 3 com trabalhadores e trabalhadoras do festival e 8 com o público. Conforme Gil (1999) a entrevista é uma forma de diálogo em que uma

das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação sobre a temática proposta. A escolha da entrevista semiestruturada, possibilita maior flexibilidade e permite novas reflexões de investigação científica (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003).

A terceira etapa envolveu levantamento documental, notadamente, a programação do Festival e as reportagens e entrevistas sobre o assunto. A proposta inicial da pesquisa era analisar toda a documentação desde a primeira edição e participar e entrevistar participantes das edições de 2020 e 2021. Entretanto, a pandemia do COVID 19 inviabilizou a realização das edições de 2020 e de 2021, impossibilitou as entrevistas e dificultou o acesso as informações das edições anteriores junto a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Ocorreram problemas de reagendamentos constantes de entrevistas junto aos atores públicos, sociais e econômicos que levou a redefinição do recorte temporal da pesquisa e a reorganização do cronograma. Destacamos que documentos das primeiras edições não estão disponíveis no site da Fundação de Cultura ou de outros atores e agentes que compõem a rede territorial.

Os contatos foram estabelecidos e as entrevistas, em Corumbá e em Campo Grande, agendadas para 2020 e 2021 foram reagendadas para 2022 e 2023.

O Festival América do Sul – Pantanal acontece desde 2004 e, até então, nenhum trabalho acadêmico sobre sua importância para a legitimação da identidade territorial foi desenvolvido. Sabe-se de seu estímulo econômico, sobretudo, para o setor de turismo da fronteira, entretanto, pouca atenção é dada ao seu significado como palco de expressões culturais e de consolidação da identidade fronteiriça. Deve-se destacar, que a cultura fomenta a economia e a economia valoriza e valoriza a cultura.

Como produto, pretende-se entregar à Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul uma análise crítica sobre o papel que o Festival América do Sul desempenha no fortalecimento de vínculos e na integração da América do Sul. Como se trata de um mestrado profissional, essa será a contribuição efetiva da dissertação final como produto acadêmico.

II. O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO BRASIL-BOLÍVA

Eu sou da América do Sul
Eu sei, vocês não vão saber
Mas agora sou cowboy
Sou do ouro, eu sou vocês
Sou do mundo, sou Minas Gerais

Milton Nascimento

Para melhor compreensão sobre o tema do presente capítulo apresentam-se conceitos e definições aprofundadas, inicialmente, sobre território, para que se possa, então, compreender o que significa identidade territorial fronteiriça.

2.1 – O conceito de território

Na teoria política, o território pode ser usado para definir, primeiramente, a jurisdição ou, até mesmo, a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades e Estados-Nações. Não há Estado sem território, governo e povo; e não há Nação sem território e povo.

Territórios são espaços de poder. Inicialmente atrelado ao poder do Estado como pode ser apreendido na concepção territorial de geógrafos clássicos como Friedrich Ratzel (1844 -1904) e Élisée Reclus (1830-1905). Ratzel tinha preocupação com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território. Para esse cientista era impossível conceber o Estado sem o seu território e suas fronteiras. O autor denominava a expansão da fronteira de espaço vital, espaço enquanto recurso, capaz de sustentar a população de um país.

Em Ratzel, a conotação significa domínio e poder sobre a superfície terrestre. É o domínio do Estado que dá unidade ao território (ANDRADE, 2004; ARAUJO, 2006). O geógrafo Élisée Reclus também analisou o território, a partir da concepção de domínio e poder. Em suas análises procurou estabelecer as relações entre as classes sociais e o domínio do espaço, entendendo que a liberdade, individual e coletiva, ocorre com o fim das fronteiras e dos governos, com a união dos trabalhadores (ANDRADE, 2004).

Territórios construídos por dominação eram, inicialmente, atribuídos aos Estados Nacionais e legitimaram a expansão territorial, do final do século XIX e início do século XX. Naquele momento histórico, a ideologia dominante definia que quanto maior a extensão territorial, maior o poder de um Estado-Nação (MARX e ENGELS, 2001). Seguindo a premissa marxista de que a sociedade civil cria o Estado, e que este passa a funcionar como uma superestrutura organizacional de aparente interesse comum, mas, que na verdade atende aos interesses da classe dominante (MARX e ENGELS, 2001), as ciências sociais passam a analisar a produção territorial das classes dominantes, pelo poder de dominação, material e funcional.

Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. As ideias dominantes parecem ter a validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa) (MARX e ENGELS, 2001, p. XXXII).

A partir do início do século XX, o aprimoramento do conceito de território foi envolvendo as relações de poder de diferentes grupos sociais, o poder simbólico, de apropriação por identidade, vinculado ao pertencimento, ao vínculo, e as relações que são estabelecidas, no espaço, a partir deste contexto. Os territórios passam a ser construídos pelo poder de dominação do Estado e das classes dominantes e, também, pelos grupos sociais a partir do poder simbólico.

Para Gottmann (2012), território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos.

É necessário definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. Basicamente, ele deve ser acessível; a acessibilidade, pretendida pelo homem e amplamente controlada por ele, é umas das razões essenciais para a intervenção política regular, de algumas formas

restringir e de outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas (GOTTMANN, 2012, p. 525).

O território é um espaço² que não pode ser pensado sem limite. Os limites territoriais, entretanto, não precisam ser, necessariamente rígidos. São aqui entendidos como barreiras, literais ou abstratas, que indicam o controle e a diferenciação entre o “nós” e os “outros”.

Em Le Bourlegat (2000) os territórios são espaços de poder e controle de um grupo sobre outros e sobre o meio circundante. Raffestin (1993) aponta que, o território se forma a partir do espaço geográfico, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer escala. Pressupõe um espaço onde se projetou um trabalho e no qual revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Conforme Andrade (2004):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 2004, p.19).

Colaborando com essa definição, Souza (1995, p. 78) entende o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para esse autor, os territórios existem e são construídos por diferentes atores sociais, econômicos e políticos, em diferentes escalas geográficas e temporais.

Souza (1995) afirma que os territórios podem ser cíclicos e móveis. Os territórios cíclicos são construídos e dissolvidos em períodos de tempo determinados. Os territórios móveis, contínuos e em rede, se deslocam sobre a superfície, muito comum na geografia ilegal.

Os territórios podem ser contínuos ou descontínuos (território-rede). Conforme Santos (2002), os territórios-rede podem ser pensados como um espaço para o qual confluem forças locais e/ou exógenas. O poder pode ser exercido tanto,

² Entendido nesse trabalho como sistemas indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações, formas-conteúdo, onde um não existe sem o outro (SANTOS, 2008).

exclusivamente, por lideranças endógenas, quanto pelas mesmas no papel de representantes de grupos de poder de fora do local (podendo essas externalidades, ser mais ou menos controladoras), ou, somente por forças exógenas.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal” As redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns, enquanto o espaço banal constitui o espaço de todos, apesar de utilizado de maneira desigual (SANTOS, 2002, p. 16).

Os territórios, como espaços controlados por grupos, são sobrepostos e indicam que não há exclusividade de poder. Um grupo pode controlar um território na escala local ou diferentes territórios mantendo-os interligados por redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos (SANTOS, 2008; SOUZA, 1995).

Conforme Haesbaerth (2004, p. 337) “os territórios-rede são marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território a outro”. Esse movimento, faz surgir, na pós-modernidade, a multiterritorialidade ou territórios múltiplos, resultantes do processo de reterritorialização. Haesbaerth (2004, p. 339) define **territorialização** como “relações de domínio ou apropriação do espaço”.

Territórios são construídos por relações de dominação, material e funcional, e pela dimensão do poder simbólica, ou seja, de apropriação por identidade (HAESBAERT, 1999). Lefebvre (1991) diferencia apropriação de dominação. A apropriação no sentido de posse, de propriedade, portanto, com um caráter mais simbólico, com as marcas do “vivido”, do valor de uso. A dominação, possui uma conotação de domínio, sendo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Valor de uso e valor de troca dizem respeito a apropriação ou posse e a domínio. Ambos envolvem duas feições: o limite e o conteúdo territorial. Seja relativo ao poder do Estado, ao poder econômico com a definição legal de uso, seja construído por dinâmicas sociais de territorialização, que trazem o poder da identidade. São diferentes territorialidades, funcionais e simbólica, em superposição:

Contraparte indissociável do território, a **territorialidade** pode ser definida como a área de abrangência de uma organização territorial (HAESBAERT, 2008; SOJA, 1971). Conforme Soja (1971), a territorialidade envolve fundamentalmente

identidade, comportamento territorial e interações humanas. O espaço como condicionante social (CORREA, 2001). Na visão de Sack (1986) um comportamento espacial, uma expressão de poder para pertencer, influenciar e controlar uma determinada porção do espaço. A territorialidade é uma delimitação espacial onde vigora a forma de comunicação e comportamento que explicita controle de acesso e diferenciação em relação ao externo. Conforme Heidrich (2008), isso inclui desde microterritórios até macroterritorialidades, que agregam aquilo que as identifica, podendo ou não estabelecer uma relação de enraizamento profundo.

O território percebido como valor de uso assume uma dimensão cultural que carrega marcas do vivido, da vida cotidiana (HAESBAERT, 2008). Permanece como um espaço organizado politicamente sobre o controle de um determinado grupo (SOJA, 1971), porém, o poder é simbólico e carrega em si a identidade, o pertencimento e a afetividade ou aquilo que os geógrafos chamam de topofilia (TUAN, 1983).

O poder simbólico é definido por Bourdieu (2005, p. 7) como um poder subjetivo e sutil “que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. É o poder da identidade. E identidade implica em relação de semelhança, de sentido comum, que leva a apropriação simbólica tanto no campo das ideias quanto no campo da realidade concreta, do espaço geográfico, constituindo assim territórios de identificação social (HAESBAERT, 1999).

Por outro lado, a intensificação dos processos migratórios, a compressão espaço-tempo, o ciberespaço, a comunicação instantânea, a fluidez das relações sociais, características do período técnico-científico-informacional atual, gerou uma discussão sobre a desterritorialização, ou seja, o declínio do território, sobretudo, a partir da crise da territorialidade estatal. Ortiz (1994, p.49), por exemplo, afirma que se vive um momento de “desterritorialização das relações sociais”. Ianni (1992), também associa globalização a desterritorialização e, portanto, ao fim dos territórios concretos e simbólicos.

Contrapondo-se a este pensamento, Haesbaert (1997; 2004a; 2008) afirma que a desterritorialização é um mito. Os territórios permanecem fortemente presentes na organização espacial, porém, com a pós-modernidade, as relações territoriais são reestruturadas. Conforme o autor:

O mundo moderno das territorialidades contínuas / contíguas regidas pelo princípio da exclusividade [...] estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, momento e lugar em que nos encontramos (HAESBAERT, 1997, p. 44).

A configuração atual apresenta múltiplos territórios e múltiplas territorialidades, concretas e simbólicas, que se entrelaçam, se sobrepõem, convivem e conflitam, num jogo imbricado de relações, que ocorrem em diferentes escalas geográficas e temporais. Nessa complexa articulação entre múltiplos territórios há o predomínio de territórios-rede em relação aos territórios-zona, contínuos e estáveis. Os territórios em rede, descontínuos, móveis e espacialmente fragmentados, possibilitam a passagem de um território a outro com facilidade, produzindo a multiterritorialidade.

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou pós-moderna, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam de desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós fordista ou de acumulação flexível, das relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar de modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial (HAESBAERT, 2008, p. 338).

Multiterritorialidade significa articulação entre vários territórios ao mesmo tempo e a passagem de um para o outro com facilidade e de acordo com os interesses dos grupos e do indivíduo. Relações de poder distintas, do poder mais material das relações econômicas e políticas ao poder simbólico, das relações culturais que se apropriam do espaço e constroem identidades territoriais (HAESBAERT, 2004a).

Os processos de territorialização, entendida como relações de domínio ou apropriação do espaço, que produzem os territórios, concretos e/ou simbólicos (HAESBAERT, 2004) tornaram-se mais complexos e diversificados. Territorializações das mais fechadas e tradicionais até as mais flexíveis e globais se articulam e permitem a fluidez dos indivíduos e grupos sociais pelos territórios.

Haesbaert (2008) apresenta a multiplicidade de territorializações atuais. São elas: territorializações mais fechadas, ligadas ao territorialismo, que não permite a

pluralidade de poderes e identidades, como ocorre em algumas sociedades indígenas; territorializações tradicionais pautadas na lógica da exclusividade e da homogeneidade interna, social e cultural, como alguns Estados-nações que buscam diluir a pluralidade pela intervenção de uma identidade nacional comum; territorializações mais flexíveis, que admitem sobreposições e multifuncionalidade territorial, como os territórios econômicos de circuito inferior; territorializações efetivamente múltiplas, resultante da sobreposição e combinação funcional e simbólica, fragmentada que possibilita a fluidez das relações sociais e individuais e, portanto, territoriais, como os múltiplos territórios dos grupos mais globalizados.

À multiplicidade justaposta (e muitas vezes hierárquica) visível até o terceiro desse conjunto de territorializações, devemos acrescentar a efetiva multiterritorialização, visível no último tipo, resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui território-zona e território-rede), mas também de sua experiência / reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com forte conotações rizomáticas, ou seja, não hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2008, p. 343).

De acordo com Santos (2008) o espaço geográfico é híbrido, pois, absorve a integralidade entre natureza e cultura, entre a dimensão material e imaterial da vida. Essa multidimensionalidade envolve organizações territoriais simples e complexas, com sobreposição de territórios e de escala geográfica.

Podem ocorrer dentro do mesmo padrão de poder, como o poder estatal, por exemplo, que envolve estados e municípios no ordenamento territorial, até multiterritorialidade, que conjugam territórios contínuos e descontínuos, microterritórios e macroterritórios funcionais e simbólicos em suas diferentes dimensões e complexidade e que possibilitam fluidez (HAESBAERT, 2008). O território híbrido caracteriza a organização atual.

2.2 – Território e Lugar

Lugar é um espaço de amor (SERPA, 2019). Nessa mesma linha de pensamento Yi-FuTuan entende o lugar como o espaço construído pela afetividade. O autor, ao diferenciar espaço e lugar, revela que “o lugar é segurança e o espaço é liberdade”. O espaço é aberto, sugere futuro e convida a ação. O lugar é o espaço

fechado e humanizado, um centro calmo de valores estabelecidos que nos dá a sensação de refúgio, de proteção. Para Tuan (1983, p. 61) “o espaço é movimento e o lugar é pausa”. O lugar é o espaço vivido, o espaço da vida cotidiana e implica, necessariamente, no sentido de vida e no sentido de tempo, seja de forma objetiva ou subjetiva.

Oliveira (2014) afirma que o lugar é carregado de intuição espacial, de familiaridade, de significado, de lembranças. A pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo (OLIVEIRA, 2014, p. 12). Bachelard (2000) define o lugar como primeira qualidade existencial, a primeira experiência geográfica. Segundo o autor, é a partir do lugar que se desenvolve o princípio de vizinhança/proximidade/distância.

Serpa (2019, p. 16), remetendo-se aos autores Dardel e Relph, afirma que o mundo-vivido é visto e experienciado “não como uma soma de objetos, mas, como um sistema de relações entre o homem e sua vizinhança”.

O lugar pode se tornar território? Na perspectiva dialética, lugar é o singular e território o universal. Transitar entre o singular e o universal significa articular esses dois universos (SERPA, 2019). Relph (2014, p. 29) nos revela o caminho para esta articulação:

O lar, e na verdade todo lugar não é delimitado por limites precisamente definidos, mas, no sentido de ser o foco de intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites. Lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo.

Essa experiência cotidiana permite a expressão de uma cultura própria produzida através das relações estabelecidas nos lugares onde “o poder é expresso e mantido na reprodução cultural” (COSGROVE, 1998, p.105).

Cosgrove (1998, p. 101) indica que “a cultura não é alguma coisa que funciona através dos seres humanos. A cultura necessita ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana”. Nesse universo cultural de construção identitária, lugar e território se alinham e as experiências geográficas são permeadas por múltiplas territorialidades/lugaridades “que em uma escala pode-se habitar o mundo enquanto território e, em outra escala, enquanto lugar (SERPA, 2019, p. 67).

O território emerge a partir da apropriação simbólica do “meu” lugar no mundo, o “meu” lar, que pode variar em função da escala geográfica. Assim, o lar, o lugar, pode ser a casa, o bairro, a cidade, a região, o país.

2.3 - Pensando a fronteira como um espaço multiterritorial e um espaço vivido

A fronteira Brasil-Bolívia, Corumbá / Ladário – Porto Soares / Puerto Quijarro deve ser entendida pela sua multiterritorialidade. Contém territórios contínuos e em rede, sobrepostos, multidimensionais e complexos. As empresas, os Estados Nacionais, os grupos sociais produzem territorialidades híbridas marcadas pelo paradoxo da singularidade/pluralidade. As identidades nacionais, com seus símbolos e signos, expressos através de um conjunto de objetos nacionais de diferenciação, estão fortemente presentes na paisagem dessa fronteira, mas, ao mesmo tempo, tais identidades se entrelaçam no ir e vir da vida cotidiana, dando origem a uma identidade fronteiriça, mestiça, híbrida, marcada pela presença do outro, do internacional.

Trata-se de uma fronteira viva de alta integração formal e funcional³ (OLIVEIRA, 2005), lugar para as pessoas que ali residem e estabelecem relações cotidianas de vizinhança.

Integração não é sinônimo de hibridismo, como alerta Albuquerque (2010). Entretanto, na fronteira estudada, culturas distintas se tocam, se entrelaçam e, sobretudo, incorporam um ou mais elementos de uma e outra nacionalidade.

O limite, definido por Machado (2000) como um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, uma barreira, uma abstração gerada e sustentada pela ação institucional voltada ao controle efetivo do Estado territorial, é constantemente ultrapassado pela população, no seu constante ir e vir, nas trocas econômicas e culturais e nas relações afetivas estabelecidas entre os moradores, e é aí que surge a fronteira. Como um espaço de integração e de trocas generalizadas.

Segundo Costa (2012), a fronteira é distinta do limite, mas o contém em seu interior. O limite internacional é uma linha imaginária que representa a divisa

³ Oliveira (2005, p.388) estabelece uma tipologia de fronteira. As fronteiras vivas, de alta integração funcional e formal, são aquelas caracterizadas por relações e trocas intensas que produzem espaços próprios comuns que perpassam limites estabelecidos pelos Estados Nacionais. Uma região pulsante de ir e vir populacional com interações que independem da burocracia estatal ou econômicas. A complexidade social interação e, por outro lado, tensões próprias de um espaço que possui limites.

internacional, o limite entre as jurisdições, os marcos, as aduanas.

Para Laurin (2001), trata-se de uma forma simbólica de indicação de posse de um dado território na superfície terrestre. Não sendo tangível nem observável, a não ser pelos marcos divisórios, limitando o espaço onde o Estado exerce sua soberania. O limite é uma linha, portanto, não habitada.

A fronteira ocupa uma franja constituindo uma área que pode ser habitada, escassamente habitada, densamente povoada. A fronteira é marcada pelo desenvolvimento de atividades de intercâmbio muito intensas. Uma franja, de tamanho variável, formada por dois ou mais territórios nacionais que se encontram geograficamente (LAURIN, 2001; COSTA, 2012).

Conforme Machado (2000) a fronteira é um território simbólico construído a partir das relações cotidianas entre grupos sociais distintos. Para Oliveira (2008) a fronteira é o começo, e não o fim, da perspectiva de incorporar o novo.

Na região de fronteira há complementariedades de toda a ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos e pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida que corre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do espaço legal (OLIVEIRA, 2005, p.377).

A fronteira Brasil-Bolívia com seus territórios híbridos possui uma identidade própria construída a partir da convivência com o “outro”, o internacional, em diferentes níveis de integração (CESCO, 2012, p. 11).

As cidades de Corumbá e Puerto Quijarro são consideradas cidades gêmeas⁴ organizadas por fluxos intensos. Seus habitantes não se sentem constrangidos por serem de nacionalidades distintas, ao contrário, interagem e constituem espaços comuns. Nesse processo, o território fronteiriço é produzido, com normas e articulações específicas, que atendem aos interesses da população local, transgredindo determinações dos territórios nacionais e, ao mesmo, tempo integrando territorialidades distintas (OLIVEIRA, 2005).

⁴ Cidades gêmeas são cortadas pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes (Ministério da Integração Nacional).

Uma fronteira viva (OLIVEIRA, 2005) produzindo e sendo produzida por territorialidades híbridas, identitárias, que desafiam os limites estatais. Costa (2012, p. 28) ao analisar os bolivianos em Corumbá afirma que:

Essa fronteira apresenta inúmeras trocas de experiências que se aliam a outras, como a forma de lidar com atividades comerciais, as festividades, a alimentação ou a música. O boliviano fronteiriço é um ser híbrido do ponto de vista cultural e, acima de tudo, é um profundo conhecedor do ambiente no qual está inserido. Ele desenvolve suas territorialidades em função de cada normativa territorial que compõe a fronteira. O aprendizado está no cotidiano que mistura a aversão com a necessidade do outro, fazendo da complementaridade uma marca forte nessas relações fronteiriças.

Cesco (2012), ao discutir a gastronomia dessa fronteira, indicou que a presença de brasileiros e bolivianos no espaço de vida cotidiana, estimula relações generalizadas e estabelece um universo relacional, que define a identidade fronteiriça a partir da multiterritorialidade. A saltenha, a chipa, a carne bovina, o mate, amplamente consumidos pela população local são expressões dessa construção territorial multi e híbrida, e se somam às crenças, comportamentos, vocabulários e gírias, que indicam distinção e pertencimento. Oliveira *et. al.* (2015) citam, como exemplo, o culto religioso à Nossa Senhora de Copacabana, tradição boliviana assimilada pelos brasileiros.

Como se trata de nacionalidades distintas, as tensões aparecem e, com elas, as múltiplas territorialidades são ativadas de acordo com os interesses. A multiterritorialidade latente e flexível possibilita a passagem de um território a outro, uma vez que, as identidades são dinâmicas e híbridas.

Territorialidades distintas em práticas sociais, econômicas, políticas e culturais compartilhadas. Na fronteira vivida, as relações de trabalho, lazer, consumo, contravenção, defesa e disputas são estabelecidas, reconhecendo, como afirmam Dorfman e Rosés (2005), a jurisdição de cada lado. Sobre esse espaço da vida cotidiana que produz microterritorialidades, territórios-rede são produzidos articulando o poder local, material e simbólico, ao poder global.

O território fronteiriço é um espaço de referência identitária e isso se evidencia em manifestações de seus moradores, como no uso da expressão “eu sou fronteiriço”. A identidade territorial é a própria experiência de viver na fronteira (NOGUEIRA, 2007; CESCO, 2012).

Essa identidade é, também, múltipla, na medida em que se entrelaça com identidades nacionais distintas e com processos identitários produzidos por territorialidade em rede, como ser gay e fronteiriço, por exemplo, ou territorialidade tradicionais, como ser indígena na fronteira.

Conforme Cesco (2012) os habitantes da fronteira Brasil – Bolívia, no ir e vir entre Corumbá / Ladário - Puerto Quijarro/ Porto Soares, vão cruzando relações variadas e construindo identidades multiculturais e híbridas.

Territórios e territorialidades; espaço e lugar. A fronteira como uma produção espacial de múltiplas relações e de fluxos variados como por exemplo, as relações entre os Estados Nacionais sul-americanos, entre empresas nacionais e globais, com fluxos de deslocamento cotidiano como casa-trabalho, compras, educação e comportamento de lazer, práticas culturais, negócios, cooperação entre atores do setor público (HAESBAERT, 2021).

A complexidade das relações fronteiriças gera a possibilidade de construção de um território transfronteiriço, um espaço multiterritorial, em que a governança, mesmo legalmente constituída, não visa administrar um território, mas sim implementar programas e ação voltados ao atendimento das necessidades próprias da fronteira.

A perspectiva de construção de um território transfronteiriço que envolva diferentes países da América do Sul pode ser, para Haesbaerth (2021), objeto de um projeto político e institucional que não necessariamente coincide com as diferentes realidades funcionais e simbólicas, mas, que as absorva para a promoção de uma identidade regional sul-americana. A construção identitária nessa escala geográfica exige, das autoridades públicas, uma comunicação eficiente e o reconhecimento alinhada a percepção de pertencimento da população.

Os festivais, as festas, os encontros culturais podem contribuir na construção e consolidação da identidade, pois, por meio deles, as pessoas se encontram, confraternizam, compartilham “criando memórias afetivas e simbólicas que permitem a construção de redes, identidades e vínculos de pertencimento” (CORÁ, SOARES e FILARDI, 2019, p.68).

III. CULTURA E IDENTIDADE

Onde você quer ir meu bem
 Diga logo pra eu ir também...
 Você que pegar aquele trem
 É naquele trem que eu vou também...
 É pra Ponta Porã, Cuñatay Porã chero rai rô
 É pra Corumbá, é lá que eu vou pegar um barco...

Geraldo Espíndola

A identidade é sempre uma construção definida a partir de significados culturais que norteiam o processo de identificação e distinção do indivíduo ou de um grupo (ARAÚJO e HAESBAERTH *et al.*, 2007).

É a fonte de significado e experiência. Como menciona Castells (1999, p. 22):

A identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado.

A cultura é, pois, fundamental. A partir do universo cultural observam-se e identificam-se as percepções e concepções que os homens têm do mundo, dos lugares e dos objetos.

Para Schopenhauer (*apud* MAFFESSOLI, 1995, p. 123) “o mundo é uma representação” e a identidade é o efeito dramático: o self, a performance. Para Goffman (1969), é a maneira como o indivíduo se apresenta na vida cotidiana.

Carrega-se, assim, uma dimensão simbólica que envolve interpretações e desejos distintos, relacionados à maneira pela qual cada indivíduo se impregna da cultura dos grupos onde vive.

Claval (2001) define cultura como a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte.

Para esse autor “a cultura permite a inserção do indivíduo no tecido social, da significação à sua existência e dos seres que o circundam, e forma a sociedade do qual se sente membro” (CLAVAL, 2001, p. 89).

Costa (2006, p. 56), afirma,

A cultura é o elemento que dá forma ao modo como as partes reagem, pensam, comportam-se e comunicam-se, muitas vezes culturas diferentes possuem formas comportamentais distintas umas das outras em relação aos negócios e não raras vezes, divergentes. Cabe a cada negociador conhecer, entender e se adaptar a estes comportamentos (COSTA, 2006, p. 56).

Para Ortiz (1994), a cultura é um agrupamento de princípios, de normas éticas, de costumes, crenças, formas de vida, cujos resultados são corporificados em arte, livros, danças, religião, modo de vestir, de falar, pinturas, dentre outros. O modo como o indivíduo compreende e apreende a cultura é o que permite a construção de sua identidade.

Cultura é, portanto, arte, comportamento, estilo de vida, moda, alimentação, comunicação, relações de produção e de trabalho, campo de luta que se estabelece sobre o espaço. Por meio do processo de autocategorização ou identificação, uma identidade é formada e gera pertencimento. O grupo social é categorizado e rotulado (BAUMAN, 2005). Esses mecanismos podem gerar incomodo. No mundo da pós-modernidade caracterizada pela fluidez, rótulos e categorizações, parecem rígidos.

A cultura, entretanto, assim como a fronteira, é produzida socialmente numa perspectiva multidimensional. Os indivíduos e os grupos sociais são multiculturais, participando de um ou mais circuitos de identificação (COSTA, 2012). Esse hibridismo cultural permite flexibilidade individual e coletiva.

Para Santos (2006, p. 45), a “cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor”. Além de ser uma forma de manifestação de territorialidades, ela em si produz territórios específicos e identitários.

Como não existe uma cultura unificada, cada indivíduo interioriza sua realidade de um jeito muito particular, porém, esse mesmo indivíduo tende a agrupar-se em redes sociais, padronizando comportamentos. Esse processo gera um sentimento de constituir, de pertencer, de identidade. Essa identidade só se define em relação à outra e implica, necessariamente, numa busca de reconhecimento (HAESBAERT, 1999).

Ao envolver um processo de classificação e/ou distinção, a identidade cultural legitima um existir social onde a percepção das diferenças é fundamental para a afirmação do grupo social (HAESBAERT, 1999, p. 175).

A alteridade é aqui fundamental. O homem social interage e interdepende de outros indivíduos. A existência do “eu” só é permitida mediante o contato com o outro, com o existir social. É a partir dessa relação dialética entre o “eu” e o “outro” (o grupo social), que as aspirações e desejos individuais e coletivos são construídos. O universo é relacional e simbólico.

Como a identidade individual não é simples, pensar na identidade coletiva, que exija semelhança e igualdade é particularmente difícil. Por isso, a construção do “nós” é simbólica, idealizada e, muitas vezes, “normalizadas” a partir das percepções individuais e coletivas (FOUCAULT, 1989).

Como Hall (2005) observou, a identidade não é apenas ser, mas tornar-se. Pode-se argumentar, então, que a identidade é fluida e contingente em relação às circunstâncias históricas e culturais.

Deve-se destacar, como afirma Giddens (2002), que o “eu” não é uma entidade passiva, determinada por influências externas. Os indivíduos contribuem para as construções culturais, para as suas consequências e implicações.

Bourdieu (2005), ao analisar o poder de diferentes universos simbólicos como instrumento de construção e de conhecimento do mundo, dos objetos e de si, revelou que:

[...] é necessário saber descobri-lo, onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2005, p. 8).

Essa construção identitária se faz através da internalização, da autoconstrução e da individualização, organizando significados para o indivíduo e para o grupo social. Castells (1999) define significado como a identificação simbólica.

O poder simbólico é, nessa perspectiva, invisível e pode ser exercido por diferentes atores sociais, num universo relacional entre sujeitos (BOURDIEU, 2005).

A identidade é, e sempre está, em processo. É dinâmica, aberta, múltipla, contingente, condicionante e condicionada a espaço-temporalidades (ARAÚJO, ARAÚJO e HAESBAERTH, 2007; HALL, 2005; CASTELLS, 1999).

A identidade não se restringe à questão: “quem nós somos”, mas também “quem nós podemos nos tornar”; desse modo, a construção da identidade tem a ver com raízes (ser), mas também com rotas e rumos (tornar-se, vir a ser) (ARAUJO e HAESBAERTH, 2007, p. 97).

Hall (2005) afirma que, identidades são construídas a partir das raízes culturais (herança, memória, passado) e, também, a partir de mudanças e tendências sociais (futuro). A identidade do sujeito pós-moderno caracteriza-se por não ter uma identidade rígida e sim uma identidade flexível, formada e transformada continuamente (2005, p. 13). As identidades híbridas, formadas a partir de multiterritorialidades.

É por meio dessa identidade que os seres humanos se reconhecem coletivamente como iguais, que se afeiçoam-se com os remanescentes componentes do grupo e que se diferenciam dos demais. O passado dá-lhes um sentido de identidade, de pertença e os faz conscientes da sua continuidade como pessoas através do tempo.

Brubaker e Cooper (2001) afirmaram que a identidade envolve cultura, relações cotidianas e sentimento de pertencimento. Para Castells (1999) a questão central que se coloca é identificar como essa identidade se constrói, a partir de que, por quem e porque isso ocorre. Assim, as identidades valem-se da história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas, da memória coletiva.

Araújo e Haesbaerth (2007, p. 97) citaram que:

O conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (raízes, heranças, passado, memória etc) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos” projetos etc). As identidades nunca são, portanto, completamente determinadas, unificadas, fixadas, elas são multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de transformação e mudança.

Claval (2001) afirmou que, a família e a comunidade local representam as matrizes que asseguram e exercem o poder simbólico de transmissão de uma parte essencial da vida social. A partir daí, o indivíduo constrói o sistema social do qual ele

participa. Esse sistema é constituído por papéis e status institucionalizados que envolvem desde a divisão econômica do trabalho, aos preceitos morais inculcados desde a infância e que marcam profundamente as consciências individuais, até o território de vida, de cultura e de trabalho.

Para esse autor supracitado, o território é a base material para a construção identitária. Toda a identidade cultural tem no território uma das referências para a sua construção, assim, a identidade cultural é, também, uma identidade territorial, com os lugares sendo carregados de sentido e significado para aqueles que os habitam e os frequentam. Nesse processo, os lugares exercem um duplo papel: são ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas (CLAVAL, 2001; HAESBAERTH, 1999).

Yáziqi (2001, p. 24) afirmou que, a identidade territorial é a “personalidade do lugar [...] é o tipo de arranjo que se faz com os mais diferentes traços identidade, natural ou construída”, formada pela integração econômica, política e social dos lugares.

Ao longo da vida social, indivíduo e cultura estabelecem um universo de relações: a cultura na qual ele evolui é função das esferas de intercomunicação das quais ele participa e, isso, ocorre a partir do território simbólico e funcional.

Nesse sentido, a construção da identidade envolve, necessariamente, relações de poder. O significado da identidade é construído através de negociações, de luta pela afirmação de uma determinada forma de representação.

Esse processo é extremamente importante, pois, inclui realidades de classes sociais a partir de uma construção territorial que é, ao mesmo tempo, reflexo e condicionante social. Bourdieu (2005) adverte que as produções simbólicas podem ser utilizadas como instrumento de dominação.

Identidade, sempre que se ouvir esta palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem a luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega (..). A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa absoluta de ser devorado (BAUMAN, 2005, p.83).

Bauman (2005) acredita que identidade gera, necessariamente, disputa e negociação. Para este autor, o campo de batalha é o lar natural da identidade. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e fragmentação; uma intenção

de devorar e, ao mesmo tempo, uma recusa absoluta de ser devorado. Bourdieu (2005) adverte que as produções simbólicas podem ser utilizadas como instrumento de dominação e apropriação.

A identidade tem um caráter estratégico. Ela é, ao mesmo tempo, produto e produtoras de lutas sociais e políticas e, em consequência, de disputas territoriais, e de lutas pela afirmação de uma determinada forma de representação.

De acordo com Haesbaert (1999), uma das características da identidade cultural é, esquematicamente, que ela é construída e transmite o sentido e o significado da pertença espacial ou de uma determinada comunidade anfitriã. No entanto, à luz dos desenvolvimentos atuais em todo o mundo, as sociedades contemporâneas estão longe de apresentar comunidades coesas e estáveis com representações claras de senso de lugar ou pertencimento.

Espaços e com eles lugares ou localizações não podem mais ser considerados como unidades individualmente distintas, afirma Hall (2004), mas como resultado de redes sobrepostas e interdependentes produzidas pela circulação interseccional de bens, pessoas e ideias. Consequentemente, as comunidades, cujos membros estão cada vez mais em movimento, estão constantemente tendo que reinterpretar sua identidade cultural à luz de suas experiências imediatas, passadas e projetadas.

Paralelamente a isso, as próprias paisagens territoriais estão sendo reprocessadas para acomodar, simultaneamente, as necessidades de prerrogativas econômicas e sociais emergentes que surgem dentro de suas fronteiras com outras impostas externamente. Diante disso, a organização de eventos especiais em prol do turismo e do desenvolvimento econômico também é cada vez mais implementada como ferramenta de governança territorial (HALL, 2004).

A principal razão para esse último, afirma Hall (2004), é que as celebrações proporcionam a oportunidade de aproximar as pessoas em torno de um propósito comum, aumentando, assim, a coesão social. Assim, eventos especiais estão, na maioria das vezes, sendo implementados com o duplo propósito de estimular as economias locais através do desenvolvimento do turismo e promover novos marcadores de pertencimento espacial para criar comunidades mais coesas.

Para Harvey (1994), etimologicamente falando, especial implica uma ruptura com o habitual e, se for adequado ao turismo, tende a diluir, se não a confundir, o sentido nascido dos festivais. Com efeito, estes últimos assentam no princípio da recorrência e da continuidade e é como tal que apontam para a identidade cultural. Embora o conceito tenha evoluído com o passar do tempo, manteve as suas características originais, adaptando-as às necessidades e expectativas das sociedades modernas.

A sazonalidade dos eventos baseia-se na noção original de tempo, assim inscrevendo ritualmente as celebrações como marcadores de estabilidade e continuidade espacial, mas dando maior ênfase às suas qualidades seculares. Além disso, os festivais são, cada vez menos, vinculados aos lugares ou espaços particulares em que surgiram originalmente. Uma série de celebrações que caracterizavam as sociedades rurais foram exportadas para ambientes urbanos, assim como as celebrações de culturas estrangeiras foram gradualmente adicionadas às agendas culturais locais ou nacionais, independentemente de sua localização espacial (HALL, 1994).

O surgimento de novos tipos de celebrações resultantes de estilos de vida e modos de organização social alternativos em vários países desenvolvidos contribuiu ainda mais para desconectar as celebrações dos locais, mas, ao mesmo tempo, conectaram diferentes espaços e lugares por meio de preocupações sociais e/ou sociais compartilhadas ou características comuns. Se todas essas mudanças são um sinal e o resultado de uma maior mobilidade física e virtual de pessoas e ideias, elas também refletem as noções de reterritorialização (HARVEY, 1994).

Como a cultura é aberta, experiências culturais contribuem para a consolidação de identidades regionais e locais. Não por acaso, na globalização o número de festivais, encontros, festas, se multiplicam (HOBBSAWM, 2013). São espaços que contém, em sua essência, a globalidade e a localidade, e produzem territórios por identidade. Essa identidade é, por essência, híbrida e consolida novas e velhas relações de identidade.

O Festival América do Sul, evento cultural que acontece anualmente na fronteira Brasil – Bolívia, entre Corumbá e Ladário no Brasil e Puerto Quijarro e Puerto Suárez na Bolívia, é pensando aqui, a partir desta nova ordem, que caracteriza a pós-modernidade.

Um festival que articula através da rede territorial, o local e o global, fortalece ambas identidades e consolida a percepção do ser fronteiriço, do ser sul-americano, a partir da diversidade/integração cultural.

IV. FESTIVAL AMÉRICA DO SUL

Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
En el valle, la montaña
En la pampa y en el mar

Mercedes Sosa

O Brasil é reconhecido como um país de festas, isso faz parte da identidade nacional. Festas de diferentes modalidades, múltiplos significados, contextos e rituais que acompanham o homem desde quando ele começou a conviver socialmente (BUENO, 2006. In: CORÁ et.al., 2019). Sagradas e profanas, tradicionais e futuristas, as celebrações valorizam a cultura e fortalecem os vínculos de pertencimento, ao mesmo tempo em que trazem alegria ao povo. Representam momentos de divertimento, prazer e afetividade, enquanto fortalecem símbolos e significados.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 destaca a cultura como um direito coletivo fundamental ao exercício da cidadania. Cabe ao Estado, em diferentes níveis de governo, o dever de garantir a efetivação desse direito.

A necessidade de organizar as políticas públicas culturais é colocada acima de tudo pela Constituição Federal, que remete ao Estado a obrigação de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e define o patrimônio cultural como todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que fazem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo seus modos de criar, fazer e viver (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1988, art. 215; 216).

O ponto de vista cultural permite a percepção do real, os meios para modificá-los e os sonhos (CLAVAL, 1999). Nesse processo, os encontros culturais possibilitam interações que interferem nas trajetórias individuais e as transformam. Conforme Claval:

Os indivíduos constroem a visão de mundo a partir de trajetórias individuais, as interações fazem nascer grupos, cuja influência é muito forte sobre a bagagem técnica, as atitudes e as crenças de cada um (1999, p. 63).

Nos encontros festivos, os sujeitos recebem o conhecimento cultural, interiorizam e elaboram a partir de suas experiências individuais. Nesse processo, as experiências individuais e coletivas são enriquecidas, e essa é, segundo Claval (1999, p. 88), “a natureza das identidades e a maneira como elas se constroem”. O território, por sua vez, é a base natural concreta, apropriada e controlada por relações de poder, que adquire a dimensão simbólica para os indivíduos ou grupos que nele capturam uma parte ou a totalidade de suas identidades (Ibdi., 1999, p. 80).

Desta perspectiva, partimos para a análise do Festival América do Sul, um evento cultural que, enquanto política pública territorial, fortalece a integração da América do Sul, e enquanto política pública cultural contribui para a consolidação da identidade fronteiriça.

4.1 – Festival América do Sul: festa, cultura e identidade

Ao longo da história, pessoas reservaram tempo para celebrações comunitárias e experiências festivas, como carnavais, feiras, desfiles e festivais, que oferecem emoção, liberdade e conexão.

Hartmann (2011) entende a festa como formas festivas, isto é, uma variedade de eventos públicos como carnaval, festivais, festas religiosas, concertos, paradas, feiras, funerais, batizados, casamentos, comemorações cívicas, políticas, competições esportivas, quermesses, procissões, festas musicais.

Festivais são festas específicas, voltadas para manifestações culturais e artísticas de toda ordem. Santos (2013), apresenta o conceito de festival:

Os festivais podem ser definidos como eventos especiais, [...] O termo eventos especiais foi criado para descrever festas, rituais, apresentações ou celebrações específicas que tenham sido deliberadamente planejados e criados para marcar ocasiões especiais ou para atingir metas ou objetivos específicos de cunho social, cultural ou corporativo. De uma forma simples e integrando todos os aspectos principais da definição de evento, pode-se afirmar que evento é um acontecimento especial, planejado e organizado com um objetivo, num determinado momento e local para um público-alvo (SANTOS, 2013, p. 17).

Seguindo a visão de Hartmann (2011) e Santos (2013), neste trabalho festas e festivais são usados como sinônimos. São espaços territorializados por um grupo, por um período de tempo determinado, que criam ou fortalecem, pela ação política

cultural e pela participação das pessoas, uma identidade territorial, repleta de significados simbólicos, objetivos e subjetivos.

Hartmann (2011) citando Da Matta (1980) estabelece uma distinção entre festas voltadas para a construção e consolidação da identidade nacional e aquelas voltadas para a ordem regional ou local. Os primeiros são mais abrangentes e ordenados, por outro lado, os demais são mais livres de regras pré-estabelecidas.

Eventos dominados pelo planejamento e pelo respeito (expresso na continência verbal e gestual), e os eventos dominados pela brincadeira, diversão e/ou licença, ou seja, situações onde o comportamento é dominado pela liberdade decorrente da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora (DA MATTA, 1980. In: HARTMANN, 2011, p. 234).

Conforme CRUZ *et. all.* (2008) festas são livres e libertários e representam momentos sociais nos quais os homens reafirmam laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim, constroem o sentimento de pertencimento. As dimensões, simbólicas e afetivas, podem provocar a re/negociação de identidades por meio de novas experiências de pertencimento, de novas representações simbólicas e de novos significados.

São expressões artísticas e culturais que trazem a tradição e, ao mesmo tempo, se abrem para o novo. Valorizam e valoram o universo cultural e identitário. Articulam o local ao global. Para Yazigi (2001) no momento de realização de um festival preconceitos são minimizados e dão espaço a curiosidade a respeito do diferente.

As festas, repletas de signos e significados simbólicos singulares, dão visibilidade ao espaço e ao lugar. Na lógica dialética do mundo, possuem a fragmentação e a totalidade em si, em processo, por vezes, de convergência ou de conflito. Como territórios culturais possibilitam o fortalecimento de vínculos, a construção de pertencimento e a ressignificação da identidade territorial. O lugar se abre para o novo, para o diferente e, com isso, rompe estruturas de preconceito e de manutenção da ordem vigente.

Como a cultura é aberta e dinâmica (CLAVAL, 2001) provoca novas identificações aos sujeitos que passam a perceber o mundo a partir de uma nova consciência de si e dos outros. No espaço onde se desenvolve a vida social o grupo apropria-se coletivamente e vai instituindo as marcas da identidade comum. O

território nasce correspondendo a esta lógica simbólica de construção coletiva (Ibid., 2001). As celebrações são manifestações da cultura pela identidade que elas possuem e pela transformação identitária que elas produzem.

As festas, independentemente da modalidade, marcam distintos momentos da vida de uma pessoa e esse rito tem grande importância social para o ser humano, pois cria um espaço privilegiado para fortalecer e nutrir a rede de relações, vitais para a existência humana (CORÁ et.al., 2019).

O Festival América do Sul foi criado pela Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, em 2004. Acontece anualmente sobre as cidades Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, Brasil; Puerto Quijarro e Puerto Suárez, Província de Santa Cruz, Bolívia. Um território cíclico e em rede que se estabelece sobre o espaço fronteiriço, por apropriação simbólica. Sua forma-conteúdo, sua periodicidade, sua marca, contribuem para a percepção do sentimento de pertencimento e a consolidação da identidade sul-americana.

Os festivais são importantes para as comunidades que os acolhem, porque atuam no desenvolvimento de impactos intangíveis, como o seu sentido de pertença e de identidade e o orgulho local. Sendo que os festivais permitem a essas comunidades partilharem a sua cultura, trocar experiências e informações com os seus visitantes (SANTOS, 2013, p. 17).

O território é uma forma-conteúdo, produzido por sua base natural concreta, por sua paisagem objetiva, por sua geografia enquanto superfície terrestre e por seu conteúdo afetivo, cultural, político, econômico e social.

Como já mencionado, o lugar estabelece vínculos e o território remete a ligação de poder, inclusive, afetiva. O festival, como um território construído, sobretudo, pela cultura, envolve componentes racionais e subjetivos, vinculados a alegria, a celebração, ao encontro, ao prazer. Neste aspecto, simboliza o consentimento à vida (MAFFESOLLI, 2007).

A Festa é, conforme o contexto, capaz de celebrar, ironizar, sacralizar a experiência da vida social, apontando, assim, seu poderoso papel mediador entre as estruturas econômicas, bem como entre as diferenças sociais e culturais, estabelecendo pontes entre grupos, realidades e utopias, além de suas mediações simbólicas entre o sagrado e o profano. A festa é capaz de apreender o sentido de cidadania, proporcionando um despertar da consciência (BUENO, 2006. In: CORÁ et.all., 2019, p.68).

Enquanto espaço territorializado pelo simbólico, com permanência mesmo que periódica, exprime no indivíduo o sentimento de pertencer a um grupo (conteúdo) e a um determinado recorte geográfico tangível (forma). A percepção ambiental é racional e subjetiva, pois, cada indivíduo a interioriza de forma singular, para, em seguida, aprimorá-la de forma coerente, enriquecer sua experiência de vida, e se transformar. Nasce no indivíduo e no grupo, o sentimento de estar junto, de vincular-se, alinhado à cores, odores, cheiros, concretos, tijolos, e tudo mais que compõe a paisagem. O universo é relacional e simbólico.

A forma-conteúdo do Festival América do Sul pensado como um território-rede no leva a consolidação da identidade fronteiriça ou sul-americana. A forma é dada pela infraestrutura com seus fixos (as cidades, as vias de circulação, a rede turística, etc...) que viabilizam a circulação e a comunicação (ou fluxos) de pessoas, bens e serviços, capital, transporte, informação, comunicação. Os chamados “nós” de solidariedade ou exclusão que compõem a rede em sua complexidade (DIAS, 1995; SANTOS, 1996). O conteúdo é político, cultural, econômico e social que tem a fronteira e a relação entre vizinhos sul-americanos como contexto central.

A rede territorial é mutável e dinâmica. Um campo de forças de relações de poder de cooperação ou de exclusão, que pode se articular ou se opor na disputa pelo poder. Existe uma superestrutura territorial e política que atua articuladamente as demais dimensões territoriais e de poder (local, regional, global). Todavia, em alguns momentos se opõem.

A cooperação ocorre entre diferentes agentes e atores públicos e privados, do Brasil e da Bolívia. Há uma divisão hierarquizada do trabalho. O planejamento e a gestão são realizados pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente, pela Fundação de Cultura, que se articula a União para acessar os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. As secretarias de governo de Ladário e Corumbá, no Brasil e de Puerto Suárez e Quijarro, na Bolívia, ajudam na logística, na operacionalização e na governança durante o evento. A rede de atores e agentes privados contribuem na definição das datas e na disponibilização de sua infraestrutura, na governança. A população é chamada a participar através de audiências públicas, com sugestões e críticas ao Festival América do Sul.

Divergências internas acontecem, mas, são resolvidas em prol da permanência deste território. O conflito, expresso na fala do produtor executivo, Belchior Cabral, revela a força da rede de agentes e atores locais.

Em 2007, houve uma tentativa do governo estadual de acabar com o Festival América do Sul, mas, Corumbá e Ladário se uniram e não deixaram isso acontecer. O Festival permanece, embora modificado da proposta inicial, de articulação da América do Sul através da cultura. Hoje voltado, sobretudo, grandes shows nacionais de entretenimento (Entrevista 2 – Belchior Donizete Cabral, coordenador do Festival América do Sul e produtor executivo das edições de 2004, 2005 e 2006. Entrevista realizada em 2023).

No processo de formulação do festival, essa mesma rede local, inicialmente, se opôs a proposta de construção de um evento voltado para a América do Sul, como menciona um dos formuladores do Festival América do Sul, Pedro Ortale:

Inicialmente a prefeitura de Corumbá não entendeu a proposta. Eles queriam um festival de Samba, mas, o governador Zeca do PT, tinha uma perspectiva apurada da cultura como instrumento de cidadania e identidade. Ele desejava criar um evento na cidade que chamasse a atenção para a fronteira e nos deu autonomia para realizar o projeto (Entrevista 1 – Pedro Ortale, coordenador geral do Festival América do Sul e Presidente da Fundação de Cultura no período de 2003 a 2006. Entrevista realizada em 2003).

A cidade de Corumbá é o centro da organização do território do festival e local de realização das principais atrações culturais. A centralidade de Corumbá se deu pela sua infraestrutura urbana e turística, pela beleza da paisagem pantaneira, pela sua tradição em festividades, e pela fronteira viva com a Bolívia.

No governo do Dr. Wilson Barbosa Martins⁵ foi criado, em 1996, um festival de música em Ponta Porã chamado de Festival do Mercosul⁶. Tinha o objetivo de dar visibilidade a cultura fronteiriça, destacando a relação com o Paraguai. Entretanto, Ponta Porã não tinha infraestrutura turística para receber o evento, que durou apenas dois anos na cidade e, depois, foi realizado, por mais dois anos, em Campo Grande. Corumbá, por outro lado, possui infraestrutura para receber um festival do porte do América do Sul. Mas, olha o antagonismo. No espaço urbano do município a rede de hotéis e de restaurantes é satisfatória se comparada às demais cidades do estado de Mato Grosso do Sul, porém, pode ser considerada pequena se confrontada a outras cidades turísticas do Brasil, ou mesmo a capital, Campo Grande. E isso, ao meu ver, interfere negativamente na integração durante o evento, pois, dificulta o encontro entre os artistas, os

⁵ Governou o estado de Mato Grosso do Sul por duas vezes não consecutivas. O primeiro período foi de 1983 a 1986 e, o segundo, de 1995 a 1999.

⁶ Imagens do Festival Mercosul em Anexo 2.

intelectuais, o público e os organizadores que participam do Festival. Como a rede turística é pequena, quando um grupo de teatro, por exemplo, chega à cidade, um outro, de música ou de dança, precisa sair para liberar as acomodações. A rede hoteleira adjacente, de Ladário, Quijarro e Suárez, é, também, insuficiente. Mas, na fronteira, só Corumbá tem capacidade para receber este festival e, mesmo assim, conta com o apoio das cidades vizinhas (Entrevista 3 – Neusa Narico Arashiro – funcionária de carreira da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Entrevista realizada em 2023).

Importante destacar que Corumbá detém esta centralidade não só em relação ao Festival América do Sul, como também, em relação a economia desta fronteira e a organização do espaço regional do Pantanal. Sua importância é histórica, sendo considerada, no final do século XIX, uma cidade cosmopolita, principal entreposto comercial da então província de Mato Grosso, e coração do Pantanal (ARAUJO, 2006).

O principal produto turístico do município de Corumbá é o Pantanal, de qualidade e competitividade internacional. O turismo no Pantanal é descentralizado no espaço rural, com as tradicionais fazendas de gado sendo transformadas em fazendas – hotéis. O *trade* turístico é consolidado. Os anos de 1990 marcam um processo de reorganização do espaço rural pantaneiro por e para o turismo. Embora presente na região através da pesca esportiva, é com as modalidades recentes de ecoturismo e turismo rural que a atividade se expande pelas fazendas de pecuária de corte, transformando-as em fazendas – hotéis. Essa nova dinâmica da economia regional é fortalecida pela rentabilidade e permite a inserção da região no pós – produtivismo do capitalismo atual, marcado pela multifuncionalidade dos espaços rurais (ARAUJO e VARGAS, 2018, p. 59).

No espaço urbano, o turismo de pesca e as festas contribuem para o fortalecimento econômico da atividade turística e para a integração rural-urbana. Importante destacar que as festas fazem parte das tradições regionais e estão fortemente presentes na vida rural e urbana do município. Com o tempo elas se transformaram, mas, permaneceram como espaços de reuniões, de confraternizações e de construção de memória afetiva coletiva para o povo pantaneiro. Além disso, as festas são instrumentos de integração regional a medida que promovem fluxos entre o rural e o urbano e entre municípios que compõem a região do Pantanal (RIBEIRO, 2015).

Desde as últimas décadas do século XX as reuniões entre vizinhos, amigos, convidados das cidades próximas, como Aquidauana, Miranda, Corumbá e outros Estados, incluindo os novos pecuaristas (empresários residentes nos grandes centros), são celebradas nas Festas do Clube do Laço (...). No Pantanal do mundo moderno, as festas tradicionais das fazendas se perderam com a chegada de outros sujeitos, e, com eles, os diferentes modos e elementos de expressão cultural. A modernização da pecuária e o turismo, aliados à tecnologia, sobretudo dos meios de comunicação e transporte, estão construindo novos formatos para as festas pantaneiras (RIBEIRO, 2015, p.154-155).

A cidade possui um calendário anual de festividades, com destaque para as Festas de São João, da Pesca, e para o Carnaval de Corumbá. Atividades culturais importantes na consolidação da identidade pantaneira e sul-mato-grossense e que são incorporadas ao produto turístico do município sem, contudo, perder sua essência popular. Entretanto, o olhar para a fronteira na perspectiva de consolidação de uma identidade sul-americana, foi dado pelo Festival América do Sul que está em sua 16ª edição.

O Festival América do Sul nasceu com este objetivo. Foi conceituado como um fórum de debates e de expressões culturais voltado para a integração sul-americana, para a construção do sentimento de pertencimento e para a consolidação da identidade fronteiriça. Justamente no momento em que o Brasil se empenhou para consolidar uma geopolítica de fortalecimento das relações com os países vizinhos.

O Festival América do Sul foi concebido como um fórum de discussão e reflexão sobre a integração da América do Sul e fortalecimento da identidade regional. Todas as atividades estavam impregnadas do conceito de integração. Os debates envolviam temas como correlação territorial e cultura sul-americana, turismo, meio ambiente e fronteira. Grandes personalidades, que trabalhavam pela integração regional, foram homenageadas. As escolas, brasileiras e bolivianas, foram envolvidas, grandes nomes da cultura e da intelectualidade da América do Sul estiveram presentes, o Itamaraty e o Ministério da Cultura do Brasil se apropriaram do conceito e conduziram o processo. (Entrevista 1 – Pedro Ortale, coordenador geral do Festival América do Sul e Presidente da Fundação de Cultura no período de 2003 a 2006. Entrevista realizada em 2003).

Como reflexo, a construção da programação é equilibrada dando igual visibilidade as expressões culturais do Brasil, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do

Equador, do Paraguai, do Uruguai, do Peru e da Venezuela. E uma governança compartilhada com a Bolívia.

Para o Mato Grosso do Sul a possibilidade de se perceber como um estado fronteiriço e de valorizar o seu patrimônio histórico e cultural a partir desta percepção. Nas palavras de Belchior Cabral:

Queríamos construir um festival que colocasse o Mato Grosso do Sul onde ele realmente está, em termos de sua geografia e de sua cultura. Foi um período em que o estado viveu a promoção de sua expressão cultural, autônoma e criativa. Uma cultura historicamente subjulgada, se mostrava pulsante, impregnada de fronteira, contendo a força do que isto significa. Ao mesmo tempo em que se percebeu, o Mato Grosso do Sul foi percebido pela América do Sul. A imprensa espanhola cobriu a vinda de Fito Páez, cantor e compositor argentino, conhecido internacionalmente. A historiadora e colunista uruguaia Ana Ribeiro fez um registro extraordinário sobre seu olhar para o Festival, para Corumbá e para a fronteira. O escritor paraguaio Roa Bastos fez uma reflexão sobre a mudança de postura do Brasil frente a América do Sul, e mandou uma carta ao presidente Lula, parabenizando o país pela ruptura com o isolamento em relação aos demais países sul-americanos. O Itamaraty lançou e abraçou o Festival América do Sul. Foram cinco Ministros de Estado na abertura, em 2004 (Entrevista 2 – Belchior Donizete Cabral, co-coordenador do Festival América do Sul e produtor executivo das edições de 2004, 2005 e 2006. Entrevista realizada em 2023).

A fronteira Brasil-Bolívia, na região citada, é o palco e a energia que pulsa para a consolidação da identidade fronteiriça ou sul-americana. Na disposição espacial do festival, uma paisagem contínua em que um lado é boliviana e, o outro, brasileiro. Todavia, na contramão, um estado que deu as costas para o país vizinho. Uma arrogância revelada em vários conflitos estabelecidos na produção do espaço multiterritorial (ARAUJO et. al., 2015).

O Festival América do Sul Pantanal, destaca-se pela maravilha da mistura entre povos que, na rotina, possuem claro preconceito quanto à língua, os costumes, a culinária. Sobretudo no Brasil, onde nas escolas desta fronteira com a Bolívia, as crianças, brasileiras e bolivianas, aprendem a língua portuguesa e inglesa, mas, não aprendem a língua espanhola. Porém, com o festival, passam a perceber a riqueza e a beleza do nossa cultura fronteiriça (Entrevista 4 - Rossine Benício, 50 anos, frequentador de várias edições do Festival América do Sul. Entrevista realizada em 2022).

Araujo (et. al., 2015) analisa, justamente, o conflito nas escolas brasileiras, com crianças e adolescentes bolivianos sofrem preconceito. Conforme as autoras:

Para os alunos brasileiros a Bolívia é um país pobre. Nesse aspecto ser boliviano é ser “menos”. Crianças que, desde cedo, ouvem dos coleguinhas brasileiros termos como “bugrona” ou “bolivianinha”. Aqui, o diminutivo é interpretado como oculto das relações de subordinação social e de preconceito e que produzem mágoas e isolamentos desnecessários (2015, p. 18).

Ao observar a fronteira Brasil – Bolívia, Corumbá/Ladário e Puerto Qujarro/Puerto Suárez, percebe-se uma região integrada e articulada, cuja paisagem é repleta de rugosidades⁷ que contém a memória e a história, material e imaterial, da fronteira sul-americana. E como o espaço é reflexo da sociedade, a fisionomia da sociedade fronteiriça se encontra estampada nas formas espaciais. Se a presença do outro, do diferente, é um dado primordial da fronteira, a identidade multiterritorial, híbrida, também é, e isso é construído na vida cotidiana, no lugar. Como o território ‘espaço de poder, integração e conflito fazem parte da rotina cotidiana. A identidade híbrida possibilita a fluidez de uma identidade para a outra, de acordo com o interesse.

Discutindo o Festival América do Sul como um território cultural e político de valorização e consolidação da identidade fronteiriça, o exercício da cidadania e a construção do pertencimento, são estratégias de poder necessárias aos objetivos propostos. Como a rede é dinâmica, a mudança de governos no estado de Mato Grosso do Sul, altera em maior ou menor proporção, esta conceituação.

Na gestão do governador André Puccinelli (2007 a 2014), a Fundação de Cultura estabelece um protocolo de parceria com o Memorial da América Latina, em São Paulo, para a curadoria do Festival. Conforme o Memorial América Latina:

São Paulo, 22 de abril de 2009.

O **Memorial da América Latina**, fundado há 20 anos em São Paulo com a missão de integrar os países latino-americanos por meio da cultura, participa da curadoria compartilhada do **6º Festival América do Sul**, que acontece em Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia, de 29 de abril a 3 de maio. Os curadores são Fernando Calvozo (Memorial) e Linda Benites (MS). O Festival reúne Brasil, Colômbia, Chile, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia, Paraguai, Venezuela e Peru com atrações diversificadas nas áreas de música, dança, teatro, literatura, cinema e vídeo, artes plásticas, palestras, cursos e oficinas. Como parceiro, o Memorial se encarregou de programar algumas atrações do Festival, entre elas, o projeto Conexão Latina, que une diferentes vertentes da música latino-americana, incluindo a brasileira. Essa curadoria levou o Memorial a convidar artistas radicados em São Paulo que fazem músicas latino-americanas. São eles De Puro Guapos, orquestra típica de tango, liderada pelo argentino morador de

⁷ Formas espaciais herdadas do passado (SANTOS, 1988).

Sampa, o bandoneonista Martín Miro, e mais seis paulistas; e Pedro La Colina & Sexteto Canaveral, que fazem uma mistura de ritmos latinos, com destaque para a salsa. Pedro La Colina é chileno e os outros músicos, brasileiros. A programação de cinema do festival ficou por conta do Memorial, que reuniu filmes de seu acervo como o clássico cubano “Memórias do Subdesenvolvimento”, de Tomás Gutierrez Alea, o mexicano “Amores Perros”, de Alejandro González Iñárritu, o argentino “Iluminados por el Fuego”, de Tristán Bauer, Sobre a Guerra das Malvinas, o brasileiro “Diários de Motocicleta”, de Walter Salles, sobre as viagens de Che Guevara pela América do Sul, entre muitos outros. O Memorial levará também para Corumbá a Mostra de croquis/imagens de Oscar Niemeyer, com curadoria do professor da FAU-USP, Rodrigo Queirós, e uma série de palestrantes, entre eles, Walter Malta, que falará sobre “O Fórum Latino-Americano de 2010 em Buenos Aires”. Participarão do festival artistas como Mercedes Sosa, Elza Soares, Zeca Baleiro, Paralamas e Luiz Melodia, La Secreta (Paraguai), Grupo de Dança e Música Inca (Peru), Grupos Caporales (dança folclórica boliviana), entre outros. O lançamento do evento em São Paulo aconteceu no dia 7 de abril com show do cantor Almir Sater no Auditório Simon Bolívar, do Memorial. O festival tem programação gratuita⁸.

A Fundação de Cultura, sob essa nova gestão, manteve o eixo central de conceituação do Festival América do Sul, entendido como uma política pública de integração, e permaneceu com a distribuição equitativa dos espaços artísticos, culturais e de debate entre os países membros, consolidando a qualidade e o objetivo do evento de integração e consolidação da identidade da fronteira.

A parceria com o Memorial América Latina possibilitou a vinda de artistas desconhecidos do Brasil e dos países vizinhos. Isso ampliou o leque de possibilidades artísticas sem perder a qualidade do Festival. Foram promovidos encontros fantásticos. E houve a mistura entre artistas e intelectuais consagrados com novas expressões de qualidade e profundidade necessárias a um festival como este (Entrevista 3 – Neusa Narico Arashiro – funcionária de carreira da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Entrevista realizada em 2023).

Contudo, se por um lado, o Festival ficou mais diversificado e democrático, por outro, o Mato Grosso do Sul perdeu autonomia no processo de organização, planejamento e execução de uma série de atividades que compõem o evento.

Nas últimas edições, a partir de 2016, o formato da programação se mantém, porém com mudanças estruturais significativas que comprometem o interesse pela

⁸ Memorial da América Latina. Disponível na internet via: <https://memorial.org.br/memorial-participa-da-curadoria-do-6o-festival-america-do-sul-em-corumbams/>. Acesso em maio de 2022.

integração e construção da identidade. Na percepção da entrevistada 5, que trabalhou em 10 das 16 edições do Festival América do Sul:

As primeiras edições do Festival América do Sul eram mais voltadas para a integração e fortalecimento do pertencimento sul-americano e da fronteira com a Bolívia. Havia uma forte presença da Bolívia e, mesmo com a maior parte das atividades acontecendo na cidade de Corumbá, tínhamos uma melhor distribuição de atrações entre as cidades que compõem esta fronteira. Com o passar do tempo, senti que o festival foi se desconfigurando, com predominância de grandes shows de artistas brasileiros em detrimento da diversificação cultural e artística internacional e do debate como eixo de condução da discussão fronteiriça. (Entrevistada 5 - Elis Nogueira, 55 anos, produção e público do Festival América do Sul. Entrevista de campo, 2023).

Os entrevistados ressaltaram que, o tempo e a quantidade das atrações diminuíram no passar dos anos, devido a redução da verba destinada para a realização do evento fruto das crise econômica e política que a América do Sul, notadamente o Brasil, vivencia.

Venho ao festival desde a primeira edição como corumbaense e fronteiriço me sinto feliz ao perceber a participação dos países, sobretudo, a Bolívia. Infelizmente, percebo que o festival vem perdendo a sua essência de debate, diálogo e manifestações artísticas diversas da América do Sul. O festival está menor e a cada ano vem diminuindo por causa da falta de incentivo do governo federal. Os expositores se sentem prejudicados com a diminuição das vendas (Entrevista 6 – Wellington, 34 anos, frequentador de todas as edições do Festival).

A partir de 2015, no governo Reinaldo Azambuja (2015 a 2022), o Festival América do Sul passa por transformações mais significativas que foram sentidas pela população frequente. Além de mais curto, houve uma mudança no nome, passando a se chamar Festival América do Sul Pantanal e, em consequência, um movimento para dentro, com a programação valorizando as expressões culturais do Brasil, como apresentado no gráfico 1, sobre distribuição da programação entre os países da América do Sul, na 15ª edição (2019).

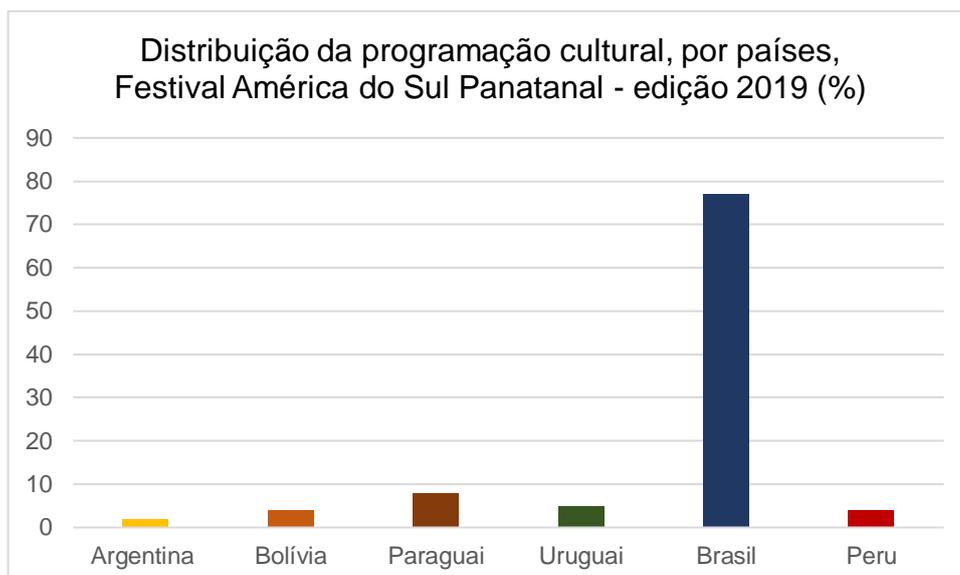


Gráfico 1 – Percentual de participação dos países na programação do Festival América do Sul 15ª. Edição - 2019. Fonte: dados de campo, 2020.

Esse olhar para dentro pode ser observado na identidade visual da edição de 2019 (figura 2), que teve como título *Corumbá, coração da América*. Se comparada a edição de 2004, esse enfoque fica ainda mais evidente (figura 3).



Figura 2: Festival América do Sul Pantanal – 2019. Identidade visual do Festival América do Sul Pantanal enfatizando aspectos da cidade de Corumbá, representado pelo Cristo, pela viola de cocho. O foco principal da representação gráfica volta-se para a cultura e a cidade pantaneira de Corumbá. A América do Sul, representada pela figura do mapa, fica ao fundo. Fonte: Festival América do Sul Pantanal⁹.

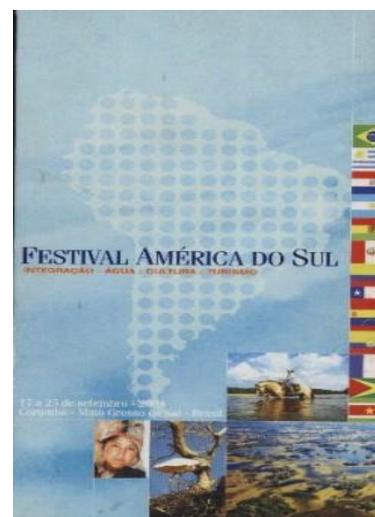


Figura 3: Festival América do Sul – 2004. Identidade visual da primeira edição do Festival América do Sul, expõe de forma clara os países fronteiriços. Fonte: Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul – MIS¹⁰.

⁹ Disponível na internet via: <http://www.festivalamericadosulpantanal.ms.gov.br/>

¹⁰ Disponível na internet via: <https://amigosdomis.webnode.com.br/products/festival-america-do-sul-2004/>

Para Mara Caseiro, diretora-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso de Sul, em 2019, a realização do Festival América do Sul Pantanal é uma oportunidade de garantir a integração cultural dos países e, sobretudo, fomentar a economia de Corumbá e do Estado.

Apesar das dificuldades de um momento de estagnação econômica, o Governo do Estado trabalha para manter este evento tão importante do nosso calendário cultural. Um Festival único no país, que consolida os valores de união entre povos (Mara Caseiro, diretora-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul em 2019. Fonte: Prefeitura de Corumbá (MS)¹¹.

O foco no econômico é norteador das últimas edições. A edição de 2019 – 15ª edição, foi a última realizada antes da pandemia de COVID 19. Nos anos de 2020 e 2021, portanto, o Festival foi cancelado. Bem como em 2017, por falta de recurso financeiros para a sua realização. Nos últimos anos, temos as 10ª edição (2013) e 11ª edição (2014), com a Fundação de Cultura sobre a gestão do governo André Puccinelle (figura 4), e as 12ª edição (2015), 13ª edição (2016), 14ª edição (2018), 15ª edição (2019), 16ª edição (2022), governo Reinaldo Azambuja (figuras 5).

Pode-se observar ao analisar o material visual de comunicação, as transformações pelas quais o Festival América do Sul passou; o movimento para dentro, com a mudança do nome e o aumento de foco no Brasil e em especial ao Mato Grosso do Sul.



10ª edição (2013) Identidade visual revelando a cultura sul-americana



11ª edição (2014) destaque para a diversidade da América do Sul

¹¹ Disponível na internet via: <https://www.corumba.ms.gov.br/2019/10/estado-lanca-amanha-festival-america-do-sul-pantanal-2019/>. Acesso junho de 2022.

12^o FESTIVAL
AMÉRICA
DO SUL
PANTANAL
CORUMBÁ-MS - BRASIL

12^a edição (2015) Identidade visual sem pertencimento



13^a edição (2016) destacando a fronteira com a Bolívia



14^a edição (2018), Identidade visual com ênfase na arte gráfica



15^a edição (2019), Corumbá e Pantanal no centro da identidade visual



16^a edição (2022), destaque para a música regional

Figura 4: Identidade visual do Festival América do Sul, últimas edições.

A última edição do festival, 16^a edição em 2022, com o tema “Pulsção da arte latino-americana”, o festival ficou ainda mais brasileiro e sul-mato-grossense, embora

a homenagem, segundo a Fundação de Cultura, seja para o centenário da Semana de Arte Moderna, que ocorreu em São Paulo, em 1922. Os gráficos 2 e 3 apresentam a distribuição, em percentual, da programação por países e por estados brasileiros.

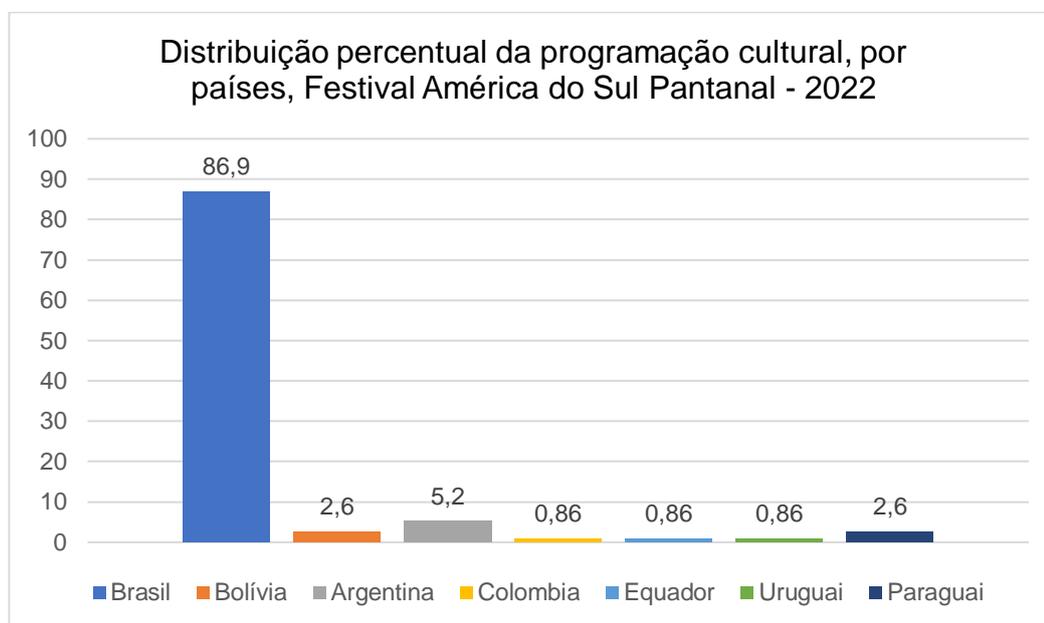


Gráfico 2: Fonte: dados primários, 2022.

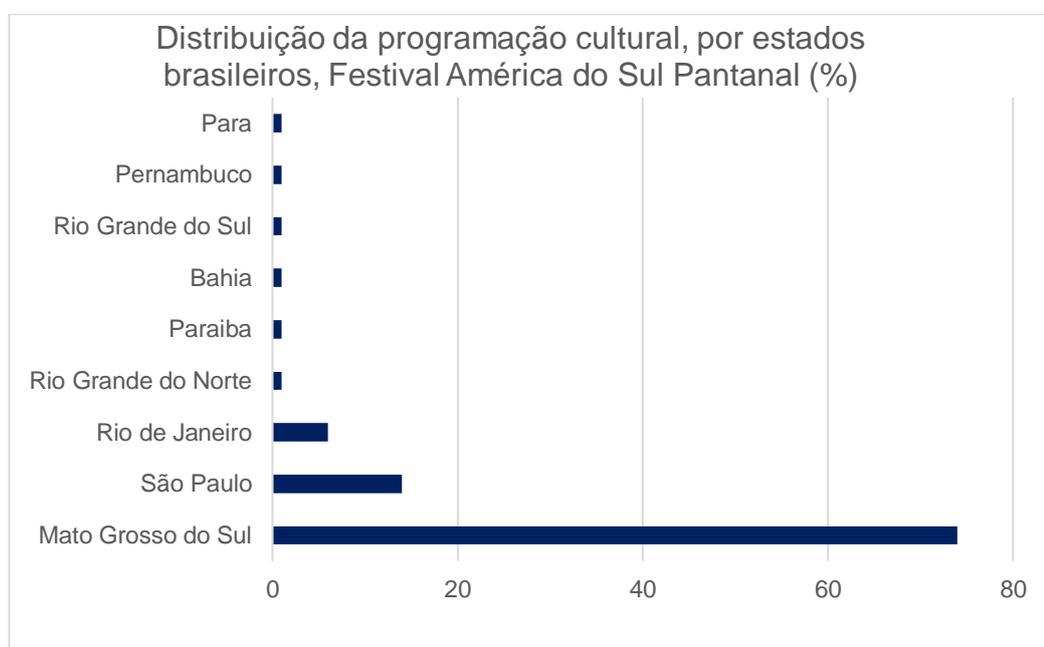


Gráfico 3: Fonte: dados primários, 2022.

Segundo relato dos frequentadores e expositores, o período de 2015 a 2022 é marcado, ainda, por problemas como divulgação em cima da hora, alteração de

datas, pouca participação das escolas em ambos os lados da fronteira, baixo investimento que afetou não só a programação, como também, os negócios realizados durante o festival.

Venho sempre que posso, Essa é a minha 10 vez no festival. Tive a oportunidade de ver espetáculos de outros países, de outros estados brasileiros e também do nosso estado, que nos passam despercebidos e são de excelente qualidade. Estamos na fronteira e percebemos essa influência na comida, e na cultura em geral. Mas, as mudanças de datas dificultam o nosso planejamento para vir. Sinto, também, que antes tínhamos mais participação dos outros países, o que era maravilhoso para poder conhecer sem viajar (Entrevista 7 – José Reis, 45 anos, brasileiro. Entrevista realizada na edição de 2019).

Está difícil trabalhar no Festival América do Sul. Não há organização, nosso espaço é pequeno e temos que vir por conta própria. As vendas caíram e não compensa tanto esforço para trabalhar e não ganhar (Entrevista 8 – Elvira, 56 anos, peruana. Trabalha no pavilhão dos Países vendendo artesanato peruano. Entrevista realizada na edição de 2019).

Todavia, se pensarmos na perspectiva da correlação território e cultura sul-americana, de maneira geral, as narrativas dos participantes convergem para a reflexão e percepção de uma identidade híbrida que também é fronteiriça. Os frequentadores de várias edições e mesmo frequentadores mais recentes falam da mistura, da fronteira, da integração, do pertencimento. A periodicidade como um elemento importante de construção deste pensamento, aprofunda a discussão e o sentimento de pertença ao recorte territorial fronteiriço e ao conteúdo identitário.

Sou corumbaense, mas, moro em Campo Grande. Adoro cultura e frequento todos os festivais e festas do estado, sempre que posso. Venho ao Festival América do Sul desde 2004 e sinto que além do entretenimento, que é ótimo, há trocas, debates que nos levam a reflexões sobre a nossa posição no América do Sul. Conhecemos outras culturas, mas, tais culturas já estão inseridas na rotina brasileira e, sobretudo, sul-mato-grossense, principalmente na gastronomia e na música. Então, com o clima de festa, de confraternização, temos maior clareza e nos sentimos sul-americanos. A fronteira é pulsante. As ruas e praças ficam lindas. O momentos mais inesquecíveis pra mim, foi a edição de 2018, quando a Orquestra Boliviana entrou na igreja de Corumbá, emocionando a todos com sua arte e unificando, através da música, os povos em um só. O preconceito se quebrou e foi riquíssimo (Entrevista 9 - Rogéria da Fonseca, 50 anos, corumbaense. Entrevista realizada em 2023).

Venho ao festival há 6 anos para me divertir, com a música, a literatura e a cultura. Gosto da diversidade que o festival proporciona. Frequenta os dois lados, o do Brasil e o da Bolívia, e gosto de ver as artes dos demais países fronteiriços. Tenho cada vez mais orgulho de ser brasileira e fronteiriça (Entrevista 10 – Leila Regenold, 56 anos, brasileira. Entrevista realizada durante a edição de 2019).

Gostei muito do Festival América do Sul Pantanal. É um festival de diversidade, cultura, história humana e social muito importante. Todas as pessoas deveriam participar pelo menos uma vez na vida. A fronteira Brasil – Bolívia, atíça a curiosidade e corumbá é envolvida pela fronteira porque as Cholas, por exemplo, estão ali, encantando o caminho de quem passa por elas e mostrando a que somos todos (Entrevista 11 – Márcia Pedroso, 32 anos, brasileira. Entrevista realizada durante a edição de 2019).

Primeira vez que participo do festival. Fui convidado a participar e senti muita alegria por vir. Frequento, diariamente, os dois lados da fronteira e para mim, ser fronteiriço faz parte da minha vida. (Entrevista 12 - Edilson, 25 anos, artista boliviano, 39 anos. Entrevista realizada na edição de 2019).

Abaixo podemos observar, cronologicamente, as datas em destaque do Festival América do Sul:

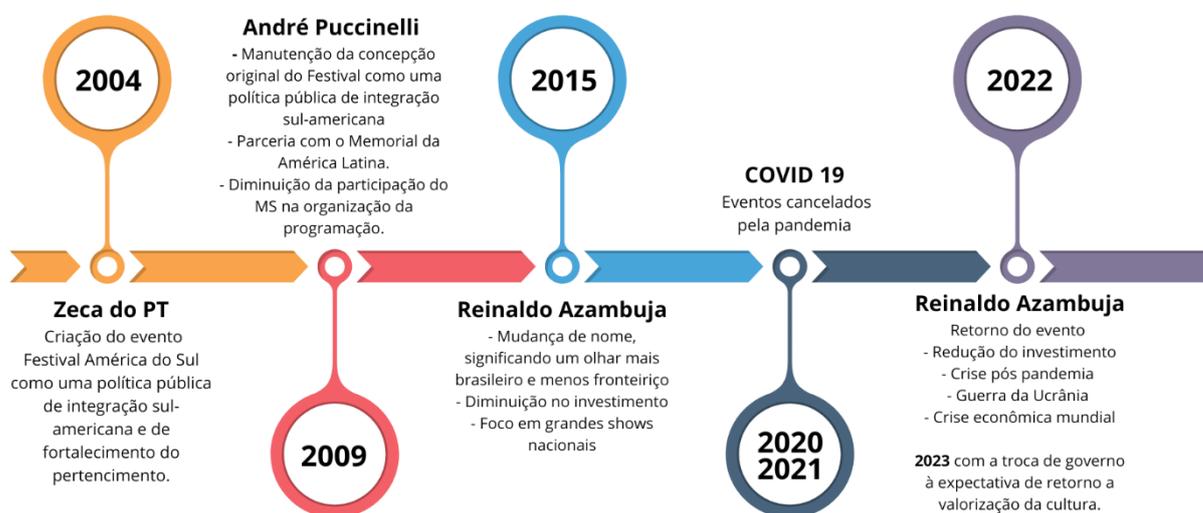


Figura 5: Cronologia dos momentos de transformação do Festival América do Sul.

Fonte: Dados da própria pesquisa.

4.2 – Festival América do Sul: festa, economia e identidade

Além do valor social, os festivais e demais manifestações culturais promovem o fortalecimento econômico, sobretudo, para o setor turístico e contribuem para a revitalização dos espaços e para a dinâmica territorial como um todo. Belchior Cabral citou a fala do Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, quando apresentado ao Festival América do Sul, em 2003, no Palácio do Itamaraty: “é isso! Para a economia acontecer tem que ter o encontro” (Entrevista de campo, 2023).

O Festival América do Sul é importante para a economia da fronteira, aquecendo o setor turístico e cultural. O dinamismo econômico fortalece as territorialidades e as identidades, pois, valoriza e valoriza a identidade (ALBAGLI, 2004).

Segundo Pedro Ortale, em 2004 o festival custou 5 milhões de reais e rendeu e movimentou, financeiramente, o triplo do investimento. Em reportagem de Marques (2019)¹², o então governador Reinaldo Azambuja, ressaltou que o FASP¹³ “deveria movimentar, em 2019, até R\$ 18 milhões na economia de Mato Grosso Sul”.

A economia local é, além da dinâmica intercultural, atingida pela realização do FASP, visto que atrai pessoas de 10 países, entre eles Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, além do Brasil, lotando bares, restaurantes, hotéis, entre outros e promovendo a divulgação da cultura de cada país que dele participa.

A fronteira internacional retorna à cena em função das discussões em torno da cultura, dos fluxos, e da integração. Para os turistas, considerados de fora, uma mudança de percepção da fronteira como um espaço depreciativo. Ao mesmo tempo, a noção de globalidade, de integralidade, de totalidade é evidenciada nas vozes de diferentes atores. Dados de campo revelaram que, em média, cada turista gasta R\$ 600 reais/dia entre hospedagem, comida e compras (entrevista de campo, edição de 2022).

¹² Entrevista de H. Marques para a Rede Educativa (MS). Tema: Roda de conversa: Festival América do Sul Pantanal. Disponível na internet via: <http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/roda-da-economia-festival-america-do-sul-pantanal-vai-movimentar-milhoes-em-corumba/>. Acesso agosto de 2022.

¹³ Festival América do Sul Pantanal

Em entrevista ao jornal Correio de Corumbá¹⁴, em 2019, o então governador Reinaldo Azambuja, informou que “estudos mostram que a cada R\$ 1 investido na realização de eventos culturais, R\$ 5 retornam para a economia local”. Naquele ano, houve o investimento de 3,6 milhões de reais na organização do festival, com o retorno financeiro de 18 milhões de reais para a economia do estado, segundo o governador.

Hotelaria, restaurantes, comércio e serviços de Corumbá, de Ladário, e de Puerto Quijarro e Puerto Suárez na Bolívia, se beneficiam economicamente. Juntos formam o espaço turístico do festival.

Entretanto, este é o período de menor investimento. Dados de campo, revelados no gráfico 4, mostram a evolução dos investimentos realizados, em reais, no Festival América do Sul, citando os anos de maior investimento em cada gestão da Fundação de Cultura.

Gráfico 4:



Gráfico 4: Fonte Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Entrevista de campo, 2023.

Os últimos anos marcam um momento de crise econômica no mundo, em função da Pandemia de COVID 19 e em função da guerra na Ucrânia. O Brasil, como um país periférico do sistema econômico mundial, é afetado e entra em crise, justificando, em parte, a queda de investimentos no festival. Soma-se a isto, a falta de

¹⁴ Disponível na internet via: <https://www.correiodecorumbapantanal.com.br>. Acesso em março de 2023.

atenção, ou mesmo o desprezo, dos dois últimos governos nacionais para a cultura. O país deixou de fazer política pública e passou a fazer negócio culturais no varejo, a partir de relações de compadresco.

Na retomada democrática, a cultura volta a ser valorizada, caminhando junto com a economia, tendo como premissa que a festa é, também, produtora de bens e serviços que serão consumidos aquecendo os mercados.

V. PRODUTO PROPOSTO

O Mestrado em Estudos Fronteiriços é um programa profissional, o que nos sugere que seja gerado com a pesquisa, um produto que possa ser usado afim de melhorar o cenário do objeto estudado.

Observamos que, contrário ao idealizado na criação do Festival América do Sul, durante os anos o evento sofreu alterações inclusive no nome, dando destaque ao Brasil e ao Mato Grosso do Sul, distanciando os demais países sul-americanos.

Tal distanciamento foi objeto de queixas durante as entrevistas e, certamente ao deixarem de se perceberem no evento, os países e os povos fronteiriços vão reduzindo o interesse e conseqüentemente a participação no Festiva.

Desta forma, o produto que propomos está baseado em uma busca pelas origens do Festival, com uma identidade visual que comunique o que de fato o Festival propõe: A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA AGREGANDO TODOS OS PAÍSES.



Figura 6 – Criação própria



Figura 7 – Criação própria

Para a criação dos dois materiais visuais abaixo (figuras 6 e 7) partimos da análise do material de comunicação visual da primeira versão em 2004 (figura 3). Modernizamos e usamos cores mais fortes, sugerindo a alegria, a arte, a troca e a cultura percebida no Festival, que representa os povos latinos.

Trouxemos cores e símbolos sul-americanos e retornamos com as bandeiras dos países envolvidos, trazendo de volta e fortalecendo o sentimento de pertencimento a todas as nações.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a fronteira não é tarefa fácil. Sobretudo, para uma empresária que tinha como objetivo inicial analisar os aspectos econômicos do Festival América do Sul. Teria sido mais fácil, porém, menos desafiador seguir por esse caminho.

No Mestrado em Estudos Fronteiriços, a discussão sobre território, fronteira e identidade é pulsante. As aulas e as conversas com a minha orientadora me levaram ao encontro cultural e a percepção do pertencimento. Em mim, como fronteiriça, nascida em Rondônia e vivente de Mato Grosso do Sul, e no país que historicamente negligenciou os vizinhos.

Ao analisar o Festival América do Sul como instrumento de política pública de consolidação da identidade fronteiriça através da discussão cultural, se percebe que a construção de sua forma-conteúdo caminhou nessa direção e, mesmo com alterações recentes, a consolidação promovida em anos anteriores, permanece. São os relatos de entrevistas com os participantes somados a estrutura da programação, com diversificação de expressões culturais dos países da região, aos fóruns de debates que integram e amarram a programação artística, a presença percebida do outro, que é diferente e, ao mesmo tempo, semelhante a você em diversos aspectos culturais que confirmam esta afirmação. O conceito inicial do Festival América do Sul permanece consolidado e consolida a identidade da fronteira, além do conteúdo, a forma. Um festival de integração e pertencimento produzido na fronteira e para a fronteira, nas diferentes escalas geográficas.

O Festival América do Sul, entendido como um território-rede cíclico, fortalece ao dar visibilidade, a identificação de que existe uma identidade sul-americana ou uma identidade fronteiriça ligando os países vizinhos. A consolidação desta identidade é explicitada na forma espacial que é a própria fronteira Brasil – Bolívia, com suas rugosidades que revelam a história e a cultura comum. Esta fronteira é multiterritorial e, no espaço vivido, lugar de vizinhos bolivianos e brasileiros, que se cruzam diariamente. Nela se instala o território-rede que articula e conecta local e global no mesmo tempo – espaço fronteiriço. Corumbá – Ladário - Puerto Quijarro - Puerto Suárez conectadas as diferentes escalas espaciais intra e interfronteiriços do Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador, Brasil e Bolívia. As rugosidades espaciais dotadas de patrimônio histórico e cultural comum.

O conteúdo é, ainda, as diversas manifestações culturais que trazem imagens, sonhos, representações e diálogos pertencentes à realidades múltiplas, mas, com história e tradição que, em algum momento, traçam fios e constroem bordados que nos unem.

A contribuição do Festival América do Sul na consolidação da identidade fronteiriça está presente nas narrativas que revelam a identificação, a interação, o pertencimento e, em consequência, a identidade multiterritorial. A noção de que há uma identidade da fronteira se confirmou na observação dos relacionamentos “intrafronteiriços”, como proposto por Hartmann (2011), que criam uma identidade comum, e na escuta de narrativas e discursos que evidenciam que a população também se vê e se auto identifica a partir desta base comum: a experiência de viver na fronteira (HARTMANN, 2006).

Com a manutenção da estrutura houve a consolidação do evento e, em consequência, a construção de uma memória afetiva. Isso é evidenciado pelas interações múltiplas do público com o festival e com as redes de relações estabelecidas no espaço/tempo.

Território e lugar com existências singulares, que definem pertencimento e identidade através de práticas cotidianas, se abrem para a festa popular. A alegria, o prazer, o estar junto cantando, dançando e expressando um universo comum. Na felicidade do encontro, cresce o interesse pelo outro e, ao mesmo tempo, o despertar de consciência sobre si mesmo. A cultura é um instrumento de transformação poderoso.

O Festival América do Sul é um espaço multiterritorial de hibridismo identitário construído na e pela diversidade cultural. Um espaço de poder.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Ministério da Integração define conceito de cidades gêmeas. Publicado em 24/03/2014 00h00 Atualizado em 13/08/2014 13h26. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/midias/ministerio-da-integracao-define-conceito-de-cidades-gemeas>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARAUJO, Ana Paula C. de. Raízes geográficas. Campo Grande: UCDB, 2007. (original).

_____. Pantanal, um espaço em transformação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006. (Tese de doutorado em Geografia).

ARAUJO, Ana Paula C. de; VARGAS, Icléia Albuquerque de. Turismo nas fazendas de criação de gado do Pantanal. Revista Entre Lugar. Dourados, UFGD, v.9, nº18, 2018. Disponível na internet via: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar>. Acesso em março de 2022.

ARAUJO, Ana P. C. de.; CONCEIÇÃO, Orsolina F.; CARVALHO, Luciani Coimbra de. A arrogância revelada no conflito: bolivianos e brasileiros no espaço escolar de Corumbá (MS). Revista Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 145-162, 2015.

ARAUJO, Frederico Guilherme de; HAESBAERT, Rogério. (orgs). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess Ed., 2007.

BAUMAN, Zigmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Tecnologia. Perfil socioeconômico de Corumbá. Campo Grande (MS): SEPLANCT/MS, 2006.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; CÂMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. Revue Franco-Brésilienne de Géographie, v. 41, n. 41, p. 1-17, 2019.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; RÜCKERT, Aldomar. Transfronteirização e gestão do território no arco sul da fronteira do Brasil. Revista GeoNorte, v. 4, n. 12, p. 1298-1314, 2013.

CARNEIRO, Rene Marcio. Estado lança Festival América do Sul Pantanal 2019. Prefeitura de Corumbá. Disponível na internet via: <https://www.corumba.ms.gov.br>. Acesso em 12 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESCO, Dedê. Fronteira de sentidos: os sabores do Pantanal. Corumbá: PPGEF/UFMS, 2012. Dissertação (Estudos Fronteiriços).

CHAVES, Bruno. Subcom. Roda da economia: Festival América do Sul Pantanal vai movimentar milhões em Corumbá. Jornal Correio de Corumbá. Corumbá (MS), 2019. Disponível na internet via: <https://www.correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=34586>. Acesso em agosto de 2020.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: UFSC ed., 2001.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: UERJ ed., 1999.

CORÁ, Maria Amélia J.; SOARES, Raquel V.; FILARDI, Anabel. Redes de organizacionais e identidade na construção de uma cultura da Festa empreendedora: o caso da Pilantragi. Revista Pensamento e Realidade. São Paulo: PUCSP, v.34, n. 1, jan/mar, 2019. Disponível na internet via: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade>. Acesso em 15/12/2022.

CORREIA, Roberto L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSGROVE, Denis. Paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: UERJ ed., 1999.

COSTA, Edgar Aparecido. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. Cadernos de estudos culturais, v.4, n.7, 2012. p.17-33.

DORFMAN, Adriana e ROSÉS, Gladys Teresa Bentancor. Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS Ed., 2005.

FILARTIGAS, Danilo Magno E. Migrações na fronteira. Ações e perspectivas da polícia Federal. Corumbá: PPGEF/UFMS, 2014. Dissertação (Estudos Fronteiriços).

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- GARCÍA CANCLINI, N. Culturas híbridas. Barcelona: Paidós, 2001.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOFFMAN, E. The Presentation of Self in Everyday Life. London: Penguin, 1969.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004b. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: 18 jun. 2021.
- _____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural. In: SERPA, Ângelo. Espaços culturais. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. A corporificação “natural” do território: do território à multiterritorialidade da terra. GEOgraphia, v. 23, n. 50, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Ano IX, nº 17, 2007.
- HAESBAERTH, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.
- _____. Desterritorialização e identidade. Niterói: Ed. UFF, 1997.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HARTMANN, Luciana. Performances culturais: expressões de identidade nas festas da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. Revista Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, vol.15 (2), 2011.
- HARTMANN, Luciana. Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento: tradições orais na fronteira entre argentina, Brasil e Uruguai. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2006. (Tese de doutorado em Antropologia Social).
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.
- HEIDRICH, A. L. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Tempos Fraturados. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, O. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LAURIN, Alicia. Lãs transformaciones territoriales fronterizas según la concepción ideológica de la frontera. Boletín Geográfico do Departamento de Geografía da Faculdade de Humanidades da Universidad Nacional Del Comahue, n. 21, pp. 23 a 41, 2001.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem Local como força interna de desenvolvimento. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, vol.1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Moraes ed., 1991.

LEMOS, Amália I. G. América latina: a procura de uma geografia mestiça. In: LEMOS, Amália I. G.; SILVEIRA, Maria Laura, ARROYO, Monica (orgs.). Questões territoriais na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2006.

MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional. Conceitos e tipologias. In: MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. UFRJ, CNPq. 2000.

MAFFESOLI, Michel. A contemplação do mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.

_____. O Ritmo da vida. Rio de Janeiro: Record Ed., 2007.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: EDUEL, 2003. p.11-25.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária. Revista Ateliê Geográfico. Goiânia. v.1, n.2, dez, 2007. p.27 -41.

OLIVEIRA, Livia. O sentido de lugar. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, Livia de. Qual o espaço do lugar? São Paulo: Perspectiva, 2014.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito C. Machado de. (org.) Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado; ESSELIN, Paulo Marcos. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. Geosul, v. 30, n. 60, p. 125-164, 2015.

ORTIZ, R. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Um outro território. São Paulo: Olho D'água, 2005.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Atica, 1993.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA Jr., E., HOLZER, L. de, OLIVEIRA, Lívia. Qual o espaço do lugar? São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, Mara Aline. Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal. Campo Grande: UFMS Ed., 2015.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAQUET, MARCOS AURELIO; GALLO, ALESSANDRO. Fronteira, território e formação do sul do Brasil. Terra Livre, v. 2, n. 35, p. 89-102, 2015.

SACK, R. D. Human territoriality: its teory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SCHAFF, Adam. A Sociedade Informática. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SERPA, Angelo. Por uma geografia dos espaços vividos. São Paulo: Contexto Ed., 2019.

SOJA, E. W. The political organization of space. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL. 1980.

_____. Espaço e lugar. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL. 1983.

YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXO 1 – Roteiro de entrevistas

Público

- 1) Nome e idade
- 2) O que pensa do festival
- 3) Como se sente no festival
- 4) Estabelece relações com outras pessoas
- 5) Como percebe a fronteira
- 6) Quantas vezes veio e porque
- 7) Coisas boas e ruins
- 8) É importante manter
- 9) Pretende voltar

Organização

- 1) Nome, idade, função
- 2) Qual o conceito do festival
- 3) Como o festival é construído
- 4) Com que objetivos
- 5) Porque a fronteira e porque está fronteira
- 6) Custo
- 7) Os objetivos são alcançados
- 8) O que deu certo e o que não deu
- 9) Como a rede se estrutura
- 10) Há conflitos
- 11) É importante manter
- 12) Como percebe a cultura no estado
- 13) E o estado na América do Sul